



# MASSAS

Órgão da Tendência Pelo Partido Operário Revolucionário  
Ano I — nº 3 — Novembro de 1989 NCz\$ 2,00 Edição Especial

<b>Aprofunda-se a crise do capitalismo</b>	<b>pág. 3</b>
<b>A crise rege as eleições</b>	<b>pág. 6</b>
<b>As dívidas externas e a recolonização no continente</b>	<b>pág. 8</b>
<b>Agudiza a luta de classes no campo</b>	<b>pág. 5</b>
<b>A fome avança no mundo todo</b>	<b>pág. 10</b>
<b>COMITÊ DE ENLACE Realizado encontro preparatório</b>	<b>pág. 21</b>
<b>Uma resposta aos ataques contra o POR boliviano</b>	<b>pág. 20</b>
<b>Aos cros. dos Frios SP</b>	<b>pág. 14</b>
<b>Metalúrgicos — SBC: Derrotar a burocracia</b>	<b>pág. 15</b>
<b>Securitários SP: Reconstruindo a oposição classista</b>	<b>pág. 19</b>
<b>Congresso Vestuário: Op. Têxtil propõe campanha de luta</b>	<b>pág. 17</b>
<b>Uma entrevista com liderança da invasão em Diadema</b>	<b>pág. 16</b>
<b>Abaixo as expulsões</b>	<b>pág. 13</b>
<b>Congresso Judiciário — SP Um acordo sem princípios</b>	
<b>Metalúrgicos — SP Um acordo oportunista</b>	<b>pág. 18</b>

## Editorial

### Quebrar o arrocho e os planos do imperialismo — Preparar a greve geral por tempo indeterminado!

AS MASSAS PADECEM DE UM VIOLENTO ARROCHO. COM A INFLAÇÃO DE 40%, O CUSTO DE VIDA TORNOU-SE INSUPORTÁVEL. AOS TRABALHADORES SE PRIVA CADA VEZ MAIS DE ALIMENTO, ROUPA, MORADIA E EDUCAÇÃO. CRESCE A FOME E AS DOENÇAS ENTRE AS MASSAS POPULARES. AS FAVELAS PROLIFERAM DESORDENADAMENTE. FAMÍLIAS INTEIRAS SÃO SOTERRADAS POR DESLIZAMENTO DE MORROS.

O CAMPONÊS POBRE FICA MAIS MISERÁVEL. AVANÇA O NÚMERO DOS SEM-TERRA NO CAMPO, E DOS SEM TETO NAS CIDADES. CRESCE ASSUSTADORAMENTE O NÚMERO DE CRIANÇAS ABANDONADAS, RAQUITICAS E SUBNUTRIDAS. TUDO ISSO PARA MATAR A FOME VORAZ DOS BANQUEIROS, INDUSTRIAIS, COMERCIANTES E LATIFUNDIÁRIOS.

ESSE QUADRO NÃO É NOVO, MAS SE AGRAVOU. A MISÉRIA CRESCERAM TANTO QUANTO A RIQUEZA DA MINORIA CAPITALISTA. UMA BOA PARTE FOI E VAI PARA ENGORDAR O IMPERIALISMO. AÍ ESTÃO OS ALTOS JUROS DA DÍVIDA EXTERNA, AS REMESSAS DE LUCRO, A GIGANTESCA FUGA DE CAPITAIS, A ESPECULAÇÃO COM O DÓLAR E O OURO, A CONVERSÃO DA DÍVIDA EXTERNA, ETC... EM CONTRAPARTIDA, O PAÍS AFUNDA-SE MAIS E MAIS NA BRUTAL CRISE. É QUAL É O FUTURO? MAIS INVESTIDA DO CAPITAL CONTRA AS MASSAS. ESTÁ AÍ UM NOVO CHOQUE ECONÔMICO, ARROCHO SOBRE ARROCHO, DESESTATIZAÇÃO, RECESSÃO E DEMISSÕES. TUDO ESTA PLANEJADO. PARA ISSO SERVEM AS ELEIÇÕES. PARA ISSO SERVEM COLLOR, MALUF, BRIZOLA, COVAS E DEMAIS BURGUESES. É QUAL DEVE SER A RESPOSTA DAS MASSAS? SUBMETEM-SE A DEMAGOGIA ELEITORAL? ACREDITAREM NAS ELEIÇÕES COMO SOLUÇÃO? NADA DISSO!

O CORRETO É A LUTA DE MASSA CONTRA OS CAPITALISTAS, SEU GOVERNO E SEU ESTADO. SEJA QUAL FOR O PRESIDENTE, ESTÁ COLOCADO: PREPARAR A GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO! ARREBENTAR COM O ARROCHO E OS PLANOS ANTIPOPULARES DA BURGUESIA! POR EM PÉ O MOVIMENTO DE MASSA, EIS A BANDEIRA DE INDEPENDÊNCIA DE CLASSE! ROMPER COM O ELEITORALISMO, EIS A TAREFA POLÍTICA DO MOMENTO! CONVOCAR ASSEMBLÉIAS SINDICAIS E FORMAR OS COMITÊS PELA GREVE GERAL, EIS O INSTRUMENTO PARA A AÇÃO INDEPENDENTE! UNIFICAR AS CAMPANHAS EM CURSO, EIS A DISPOSIÇÃO DE FORTALECER A UNIDADE OPERÁRIA! OCUPAR AS TERRAS, RESISTIR E AMPLIAR O MOVIMENTO, EIS A ARMA CAMPONESA PARA A REFORMA AGRÁRIA! ORGANIZAR A LUTA ANTIIMPERIALISTA E ANTICAPITALISTA, EIS A FORÇA PARA ENFRENTAR A CRISE ESTRUTURAL E OS PLANOS DOS PARASITAS.

QUE NENHUM TRABALHADOR PASSE FOME: SALÁRIO MÍNIMO REAL NACIONAL, ESCALA MÓVEL DE SALÁRIO COM REPOSIÇÃO INTEGRAL DA INFLAÇÃO E PAGAMENTO SEMANAL, REPOSIÇÃO DE TODAS AS PERDAS, ABONO DE EMERGÊNCIA DE 100%, CONGELAMENTO DA CESTA BÁSICA E ESCALA MÓVEL DE EMPREGO! QUE NENHUM CAMPONÊS FIQUE SEM TERRA PARA TRABALHAR: EXPROPRIAÇÃO DE TODO LATIFÚNDIO SEM INDENIZAÇÃO E CONTROLE CAMPONÊS DAS TERRAS! QUE NENHUM TOSTÃO MAIS VÁ PARA OS IMPERIALISTAS: NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA, ROMPIMENTO DE TODOS ACORDOS E EXPROPRIAÇÃO DOS MONOPÓLIOS. QUE OS OPERÁRIOS SE COLOQUEM POR GERIR A ECONOMIA: CONTROLE O OPERÁRIO DA PRODUÇÃO! QUE SE COLOQUE A LUTA DIRETA PELO PODER: ESTRUTURAR A FRENTE REVOLUCIONÁRIA ANTIIMPERIALISTA, ESTABELEÇER A ALIANÇA OPERÁRIA E CAMPONESA, CONSTRUIR O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO, LUTAR PELA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIA. FORA DISSO É ENGANO, MENTIRA E ELEITORALISMO BURGUESES.

**Por um Partido Operário Revolucionário**

# 1º Congresso da T POR

Entregamos a continuação da 3ª e última parte do resumo das Resoluções do I Congresso da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário. Neelas são abordadas a estratégia democratizante do PT, o movimento sindical e o problema da crise de direção do movimento operário. Para se ler o documento completo, peça o exemplar ao distribuidor deste jornal.

## A ESTRATÉGIA DEMOCRATIZANTE DO PT

A Resolução começa assinalando que a Corrente Articulação que dirige o PT rejeita a estratégia da Revolução e Ditadura Proletárias. Em seu lugar, levanta a teoria etapista segundo a qual, a partir da "democratização do Estado burguês, o partido poderá extrair os meios para a mudança "socialista". Nesta etapa de reformas do Estado capitalista, as massas, tendo o PT como governo, acumulariam forças para transformar, gradativamente, mediante um processo evolutivo (não revolucionário), o regime burguês em socialista.

Na cabeça dos dirigentes do PT, um governo do partido teria como objetivo completar a transição para a democracia que os partidos burgueses não foram capazes de realizar, e, no quadro desta democracia, seria possível tirar o país do precipício.

De modo algum, prossegue a Resolução, haveria qualquer ruptura com o Estado burguês. Pelo contrário, seria um governo entrelaçado às relações de propriedade imperantes e à opressão nacional. Nessa perspectiva, as reformas estruturais seriam utopicamente realizadas de maneira democrática. E, para isso, a mobilização social seria canalizada para pressionar as instituições "democráticas" do Estado burguês. Essa é uma via para o estrangulamento das massas pelo poder estatal. Desta evidente estratégia de conciliação de classe, se desprende a tática de coligação (PMDB, PDT, PSDB), visando um governo democrático e popular com setores da burguesia, considerados progressistas pelo PT.

O "novo" etapismo, camuflado pela Articulação, é uma tentativa de atribuir ao PT a faculdade de dirigir os setores "progressistas" da burguesia para reformas e resistência ao imperialismo, diferentemente do antigo etapismo estalinista que atribuiu o papel dirigente só à burguesia. Cabe perguntar: Se a burguesia nacional é incapaz de resolver qualquer uma das grandes questões nacionais, porque um governo popular, oriundo da pequena burguesia, o seria?

A estratégia democratizante do PT, na verdade, projeta a impotência da pequena burguesia como setor social na sociedade capitalista. É o medo de se subordinar às posições do proletariado que conduz à tentativa de submetê-lo à ordem burguesa através do democratismo. Quando o proletariado começa a se projetar como classe revolucionária e em condições de dirigir a maioria oprimida, a estratégia pequeno-burguesa de governo democrático e popular e a tática eleitoralista comparecem como antídoto ao objetivo histórico da Revolução nacional e social.

## O MOVIMENTO SINDICAL

A Resolução destaca os passos mais significativos dados pelo proletariado. "A transformação generalizada dos sindicatos em instrumentos de massa". A pressão dos trabalhadores sobre os sindicatos coloca adas

burocratização e a quebra do corporativismo. Sob pressão, a burocracia se vê obrigada a chamar as greves, mas constantemente trabalha pelo seu disciplinamento. A unificação das massas e o combate centralizado permitem aos trabalhadores superar a divisão imposta pelos capitalistas e sustentada pela burocracia. Daí provém tanto o choque com a política repressiva do governo quanto com a da burocracia sindical reformista.

A estruturação nacional do proletariado e a sua constituição em dirigente da maioria nacional oprimida, em contraposição à centralização estatal da burguesia, é o centro da luta do movimento sindical e da vanguarda revolucionária. Este objetivo, segundo a Resolução, deve ser defendido pelos revolucionários através da CUT, que hoje dirige o movimento operário.

A CUT foi e é fruto da necessidade de organização classista nacional assentada na luta de classes. É uma obra progressiva originada das condições objetivas da crise e do movimento de resistência operária. Mas a burocracia que a dirige tem os seus próprios objetivos, opostos aos da independência do proletariado. Estes objetivos se resumem na "obtenção de postos de interlocutores entre os trabalhadores e a burguesia. Isso lhe dá uma característica de burocracia centrista". Este centrismo burocrático do lulismo ganhou fisionomia mais acabada com a estruturação da política democratizante do PT, que influenciou diretamente a CUT e consagrou a posição de que aos sindicatos só cabe a luta econômica, deixando ao PT a responsabilidade da luta política, que se resume no cretinismo parlamentar.

A política reformista se cristalizou na direção da Articulação. Recentemente defenderam que a "CUT deva ser um sustentáculo do programa e do governo democrático popular", o que constitui uma diretriz a favor da submissão dos sindicatos ao Estado. Esta política reformista não é originária do proletariado, mas da pequena burguesia, e o seu predomínio conduzirá a um sacrifício maior e a uma regressão da classe. Diante disso, conclui a Resolução, "impõe-se uma política sindical revolucionária, que desenvolva a CUT e os sindicatos em meio à luta de classes, e que defenda a estratégia do governo proletário".

Uma CUT e um sindicalismo genuinamente classistas devem servir para o proletariado libertar todas as suas energias contra as relações capitalistas de propriedade; devem se constituir em auxiliar para a revolução, dirigida pelo Partido Operário Revolucionário. Isso exige uma luta sem tréguas aos democratizantes e à burocracia que, ao contrário, os convertem em instrumentos dóceis de negociação no quadro do Estado burguês. Essa é uma das razões fundamentais por que a vanguarda deve se construir como uma fração revolucionária no movimento da CUT e dos sindicatos.

## SUPERAR A CRISE DE DIREÇÃO: CONSTRUIR O POR

O PT ao nascer "inaugurou uma via de construção do partido operário independente", que poderia evoluir na direção de um partido revolucionário internacionalista, mas o triunfo da linha do socialismo reformista da Articulação enterrou esta possibilidade. A crise de direção historicamente provocada pelo estalinismo, aliado do nacionalismo, não só não foi superada pelo PT como este tem procurado reviver os velhos pressupostos reformistas. A ausência de uma direção revolucionária é o maior obstáculo à constituição do proletariado em dirigente nacional das massas.

Os pseudos-trotsquistas da CS, DS e OT, contribuem para reforçar este atraso, alimentado e aderindo ao "governo democrático e popular" do PT e ao circo eleitoral, negando de vez a estratégia da ditadura do proletariado. Estas correntes ganharam, no último período, a companhia, no campo do centrismo, de Causa Operária (OQI).

A Causa Operária sob pressão democratizante, vem renunciando a estratégia da ditadura do proletariado. Em seu lugar, a formulação de Governo dos Trabalhadores da Cidade e do Campo e o "programa" para as eleições e para a candidatura Lula ganham importância em sua política. A possibilidade cogitada pela CO de sair um governo anticapitalista da pugna eleitoral demonstra até que ponto este agrupamento debandou para o campo do centrismo.

Esta virada de CO "faz parte das dificuldades do proletariado em superar a crise de direção. Essas dificuldades deitam suas raízes na contrarrevolução burocrática do stalinismo que provocou um retrocesso histórico nos patamares alcançados pelo marxismo internacionalista.

"A construção do Partido Operário Revolucionário surge como uma necessidade premente, pois, de um lado, o proletariado cresce em força objetiva diante da burguesia em crise, de outro, consolida a posição democrático reformista no PT". Tal contradição só poderá ser resolvida se a vanguarda conseguir por em pé o Partido da Revolução. A T. POR surge em circunstâncias extremamente difíceis, em que o principal obstáculo para que o movimento de massa se transforme em anticapitalista é a predominância das direções burocrático-reformistas. Conta a seu favor, entretanto, a compreensão de que o fracasso das outras correntes deriva do seu abandono da estratégia da Revolução e Ditadura Proletárias.

A luta política no interior do movimento operário em defesa desta bandeira e a experiência da vanguarda com os democratizantes se reverterão para o partido operário. "A derrocada do reformismo e do centrismo é inevitável e dela nascerão as melhores condições para progredir o Partido do Proletariado." A T. POR presta a máxima atenção à formulação das bases programáticas e despense energia contra todo tipo de socialismo pequeno burguês.

# Para onde vai a crise capitalista

A manobra governamental de apresentar, em setembro, índices econômicos positivos e propagandar a retomada da estabilidade teve fôlego curto. A inflação estourou os 30% e ameaça aos 50% mensal no final do ano. Os especuladores logo correram para o dólar e o ouro, provocando pânico na esfera governamental, que depende das aplicações especulativas em seus títulos da dívida pública. A monumental dívida interna se mostrou como um vulcão pronto a explodir. O governo o mantém "controlado" com taxas de juros históricas. Mas basta um tremor nas relações anáquicas da economia em crise para ameaçar com uma catástrofe.

O endividamento da União cresceu tanto que grande parte do orçamento está destinado à sua manutenção. Ultimamente, não tem feito outra coisa senão alimentar o capital financeiro e subsidiar meia dúzia de oligarcas. Por outro lado, com a estagnação de uma década, há uma massa de capital disponível que necessariamente tem de ser canali-

sada para as negociatas. O endividamento crescente do Estado Nacional vem muito em função da proteção de meia dúzia de capitalistas, que se amparam no jogo especulativo dos títulos governamentais.

Entretanto, esse processo já levou os cofres públicos a um limite perigoso. Pode-se dizer que este se encontra numa situação pré-falimentar, ainda mais considerando-se as pressões da dívida externa. O quadro que se monta é o da junção da quebra financeira do Estado com a tendência recessiva em vigor, que aponta para o aprofundamento. Essa combinação indica a que ponto chegou a anarquia capitalista e o seu grau de explosividade. É necessário que se tenha em conta que o impasse financeiro é apenas um reflexo da decadência da produção econômica. Por detrás está o bloqueio das forças produtivas e o crescimento do parasitismo financeiro próprio da fase imperialista do capitalismo, à qual o Brasil está submetido na sua condição de país semicolonial.

## A ofensiva imperialista

Finalmente, as negociações com os credores externos ficou em banho-maria. Não se assinou um novo acordo, como pretendia Sarney e o pagamento dos juros continua em atraso, sem que se configurasse uma moratória unilateral. A aprovação do Plano de Emergência pelo Congresso Nacional visava precisamente ganhar a confiança do imperialismo, uma vez que recolocava a privatização de importantes estatais (siderúrgica, petroquímica, etc). Entretanto, não foi suficiente, pois o governo se mostrou cambaleante para impor a rápida entrega das estatais e ainda manteve a Petrobrás, a Telebrás, etc. Para o imperialismo é melhor aprofundar o impasse com

Sarney e transferir em seguida toda pressão para o novo presidente. O recado do imperialismo está claro. Primeiro, o governo deverá se jogar para valer num plano de ampla entrega das empresas estatais e na abertura total do mercado ao capital financeiro internacional. Depois, então, "atenderá" algumas migalhas. A Argentina de Menem ou o Chile de Pinochet é que deve ser seguido.

Quanto mais a economia se desagregar, mais submissos estarão o Estado e a burguesia nacional, completamente incapazes de dar uma solução à crise. O capital financeiro internacional está jogando com a deterioração da situação para discipli-

**Escreva para o jornal**  
**MASSAS**  
**um jornal de luta**  
**pelo governo operário e camponês**  
**e pelo socialismo**

**Caixa Postal nº 01171**

**CEP 01057 São Paulo — SP**

nar a burguesia nacional, pois sabe que a crise se desenvolverá inevitavelmente sob a égide do imperialismo ou da contraposição da revolução proletária. A desmoralização do governo Sarney e dos partidos democratizantes resulta precisamente do rancorismo da burguesia nacional perante o imperialismo e perante o proletariado.

A resistência protecionista de setores nacionais já não pode ser tolerada nesta fase de convulsão mundial. Em todo mundo, o imperialismo se bate por contornar o brutal desequilíbrio através de uma maior penetração e controle das economias nacionais. Por todos os lados, joga com a dívida externa e com o bloqueio produtivo para impor as desnacionalizações, sobrepor-se mais amplamente ainda às fronteiras nacionais e explorar desregradamente as massas trabalhadoras. É nesse sentido

que defende a vitória da Perestroika contra o proletariado socialista, isto é, a vitória da política de reconstrução da propriedade capitalista pela burocracia estalinista, agora disfarçada com o gorbachovismo.

A linha do imperialismo para o Brasil é a mesma imposta ao México, Argentina, Bolívia e Peru. A diferença está em que nestes países a ofensiva já ganhou maior amplitude e em que, também, a crise foi mais ao fundo. O destino do Brasil semicolonial é o mesmo. E, devido a sua importância destacada na América Latina, deverá ser um dos principais pontos da recolonização. O desenvolvimento da crise e a ofensiva imperialista dependerão essencialmente do proletariado; da resistência que venha fazer à opressão nacional e aos capitalistas internos.

## As candidaturas burguesas perante a crise

As candidaturas burguesas, sem exceção, se colocam no campo do imperialismo. O candidato mais cotado, Collor de Melo, se propõe francamente a liquidar com as estatais. A chamada "esquerda progressista", PDT e PSDB, também se pronuncia pela desnacionalização, procurando se diferenciar apenas na seletividade das empresas a serem sacrificadas. Collor inspira-se no exemplo de Thatcher da Inglaterra. Mário Covas se coloca como um adepto da social-democracia norte-americana. E Brizola é um afoito agente da social-democracia européia (II Internacional). Cada um a seu modo responde aos interesses dos governos e banqueiros das metrópoles. Certamente, não é necessário dizer nada sobre a ala da direita representada por Afif, Maluf e Caiafo.

Se todos eles se colocam, de uma maneira ou de outra, pela linha da desnacionalização, quanto à dívida externa, também, se diferenciam apenas nas formas de negociações imaginadas. Brizola e Covas

se destacam mais pela defesa de um reordenamento das relações com o imperialismo. O candidato do PSDB foi obrigado, inclusive, a demonstrar seu arrependimento por ter servido na Constituinte às teses das limitadas reservas de mercado, pronunciando-se, no Congresso, a favor de um "choque capitalista". A autocritica dos "progressistas" foi dirigida ao magnata Antônio Ermírio de Moraes, à Fiesp e aos banqueiros saqueadores.

O que importa é que, no fundamental, todas as candidaturas burguesas se dispõem francamente a se apoiar nas pressões do imperialismo. Constituem-se num canal por onde o grande capital encetar um novo choque econômico antinacional e antioperário. E, também, o programa pró-imperialista de todas essas candidaturas atesta o quanto a burguesia de conjunto já cedeu ao imperialismo e o quanto é impotente perante as exigências recolonizadoras.

## Onde fica a frente Brasil

O Brasil está diante de uma crise estrutural do capitalismo, que, longe de ser simplesmente nacional, é mundial. Sua economia vem se desintegrando sob o poderoso jugo da opressão imperialista. Dado seu atraso econômico e as condições miseráveis das massas, o retrocesso das forças produtivas conduz o país a uma situação catastrófica. Assim, ressalta sua submissão ao grande capital internacional, a existência do enclave monopolista dominante e as tarefas democráticas pendentes, próprias de uma nação que iniciou tardiamente seu desenvolvimento capitalista condicionado pelos impérios financeiros. Nestas condições, as tarefas de independência nacional, isto é, ruptura total com o jugo imperialista, de liquidação do latifúndio e de expropriação dos ramos fundamentais da produção surgem com toda objetividade.

A superação da crise e erradicação da miséria passam necessariamente por se confrontar com o imperialismo, impor a derrota aos latifundiários e quebrar o domínio da grande burguesia sobre os meios de produção, a comercialização e o sistema financeiro. Somente uma incursão a fundo na propriedade burguesa e um corte na exploração imperialista poderão superar a crise estrutural.

O PT, entretanto, se nega a isso. Coloca-se sob a perspectiva reformista. Imagina poder colocar um limite à opressão nacional, controlar o poder dos monopólios, reduzir o domínio dos latifundiários, negociar uma taxa de lucro com os capitalistas, breçar a especulação financeira e iniciar uma redistribuição de renda a partir do próprio Estado capitalista. Em meio à marcha crescente da bancar-

rota, o PT levanta a bandeira do velho nacionalismo e do estalinismo de desenvolvimento nacional independente sem golpear a classe burguesa e sem romper os laços com os opressores estrangeiros.

A estratégia do governo democrático popular e a tática de aliança com setores da burguesia dita progressista estão em função dessa política de maquiagem do capitalismo e de adaptação ao Estado burguês. Independente de que ora sejam mais radicais, ora mais conciliadores, dependendo da pressão das classes e da crise, o PT e a Frente Brasil Popular colocam-se perante a crise com um programa de caráter burguês. Nisto reside a essência da colaboração de classe.

O proletariado e as massas são chamados a apoiar a continuidade do capitalismo putrefato e motivados por ilusões democrático-reformistas. A concretização de tal orientação conduzirá o proletariado a se desviar do confronto com o Estado burguês e com as forças imperialistas. E o campesinato não terá como deslanchar a luta de classes no campo contra a oligarquia e a UDR.

É comum o raciocínio de que o PT, embora democratizante, servirá de instrumento para as lutas de massa. Isso pode ter algum fundamento, devido a situação explosiva e a ausência do partido revolucionário. Mas o principal está em que a estratégia e o programa burguês da Frente Brasil Popular destinam-se a submeter as massas à democracia burguesa e a preservar as relações capitalistas. Através desta política, o futuro das mobilizações é o da derrota e da desmoralização da vanguarda revolucionária. Isso deve ser rechaçado sem cerimônia.

## A política proletária para a crise

### Por em pé um movimento antiimperialista

#### e anticapitalista

As massas trabalhadoras têm respondido aos planos econômicos e ao incremento da opressão de classe com grandes mobilizações. A surpreendente greve geral de 48 horas, o crescente número de ocupações de fábrica, a formação de piquetes massivos e a expansão da luta pela terra resultam da enorme polarização de classe. O proletariado está capacitado a dirigir o movimento da maioria oprimida contra o imperialismo e a burguesia nacional. Os milhões de camponeses sem terra e a pequena burguesia urbana empobrecida tenderão a se unir em torno da força concentrada da classe operária. A construção da CUT atesta a procura objetiva das massas se compactarem e resistirem ao ataque capitalista. Esta força social está destinada a se contrapor à saída reacionária do imperialismo para a crise. A presença do proletariado em luta o capacita a apresentar seu método e programa de classe o postos ao do grande capital e ao do reformismo pequeno-burguês do PT, que como tal é incapaz de levar as massas a se confrontarem com o imperialismo.

Da mesma forma, o avanço contínuo da desorganização econômica e a implementação pelo governo de medidas de choque, ditadas pelas metrópoles, fazem ressaltar os grandes problemas nacionais, que só o proletariado pode apresentar solução. A linha do imperialismo conclui na maior depressão econômica, no fortalecimento do capital especulativo, na quebra de setores produtivos e reconcentração monopolista, na expulsão dos camponeses das terras, na dramática alta do custo de vida e no crescimento da dependência do trabalho frente ao capital.

A burguesia nacional afirma ser inevitável essa rota recessiva como um meio necessário para um futuro crescimento econômico. E o socialismo pequeno-burguês do PT (social-democrata, enfim) se mostra um anão frente a essa força social. Ao contrário, a vigência da luta por um programa revolucionário se impõe francamente. Está colocado o combate pela superação do capitalismo pela via da revolução proletária. A sua espinha dorsal está em conduzir a luta das massas para tomar o poder pela força e instaurar a ditadura da maioria explorada contra a minoria privilegiada, isto é, a ditadura proletária (governo operário e camponês).

A substância programática dessa estratégia está em que a bancarrota da burguesia nacional frente ao imperialismo passou inteiramente para o proletariado a tarefa de romper com a opressão nacional e de classe, expropriando os monopólios, não pagando a dívida externa e interna, estatizando todo o sistema financeiro, nacionalizando o comércio exterior, confiscando as terras dos latifundiários, reorganizando inteiramente o comércio interno sob o poder do Estado, estabelecendo o controle operário e camponês das fábricas e das terras, suprimindo o exército permanente e armando os trabalhadores, substituindo a democracia burguesa formal pela democracia proletária de massa e estruturando o Estado operário no lugar do Estado burguês desmantelado; enfim, liquidando com a ditadura de classe da burguesia, varrendo com os saqueadores imperialistas e concentrando toda economia e o poder político nas mãos do proletariado, apoiado na grande massa de explorados do campo e da cidade.

### Desenvolver a luta de massa e sua organização independente

Quanto mais se eleva a instabilidade e enfraquece o regime político, mais a burguesia trabalha por arregimentar os trabalhadores através das eleições. A razão disso é que o proletariado se manifesta como uma ameaça anticapitalista ao se radicalizar contra a crescente exploração. Um dos fatores de desagregação da "Nova República" e dos partidos democratizantes é a resistência que as massas têm desencadeado, recuperando, em parte, os sindicatos para a luta de classes. Caso contrário, a agressão imperialista e a estratégia de reconcentração do capital teria ido mais a fundo. No atual estágio da crise e das lutas sociais, a burguesia conta com a quebra do ímpeto da onda grevista, que pôs em movimento milhões de assalariados sob o governo Sarney. O seu método é o de combinar as ilusões eleitoreiras com a crescente militarização do Estado.

A linha da Frente Brasil Popular alimenta a tática do desvio democratizante. Não só canaliza os movimentos para o eleitoralismo, como apresenta a eleição de Lula como a via de solução para arrancar o país do marasmo econômico e do mar de miséria. As eleições não são utilizadas para desmascarar o caráter de classe dos partidos burgueses, propagandear uma linha revolucionária e utilizar a tribuna para chamar as massas a um levante anticapitalista. Nesse sentido, seria muito valiosa uma candidatura operária vinculada à ação direta.

Mas o oposto é defendido pelo PT. O voto nas urnas e a participação no jogo formal da democracia

capitalista são apresentados como substitutos para a ação direta dos explorados. Por essa via, não são as massas em confronto com os capitalistas e seu Estado que irão desbancar os magnatas do poder. Embora, nas eleições, uma camada de trabalhadores procure se utilizar do voto no PT contra os partidos burgueses, o conteúdo eleitoreiro e políclassista do partido o leva a estreitar a luta direta independente das massas e a deformar a própria expressão política do voto dos oprimidos.

O sacrifício das campanhas salariais e a paralisação da CUT diante do confisco salarial pela hiperinflação são sintomas dessa substituição. A quebra da greve dos bancários e o fracasso da campanha salarial unificada foram perfeitamente calculados pela burocracia democratizante. É necessário que a vanguarda denuncie implacavelmente estas manobras feitas em nome dos interesses dos trabalhadores. Trata-se de retomar o eixo revolucionário da situação determinado pela ação de massa, recolocar as reivindicações mais sentidas ligadas àquelas de cunho antiimperialista e anticapitalista e trabalhar pela centralização nacional dos oprimidos em volta do proletariado e da construção de organismos de massa nascidos nas lutas. Isso só será possível se se travar a luta política contra os eleitoralistas, os frente populistas, a burocracia sindical, os centristas de toda laia e agir com todo empenho no seio das massas pela construção do partido operário revolucionário.

# A crise rege as eleições

Os recentes resultados das pesquisas eleitorais, descontada a hipótese de manipulação pelos institutos (o IBOPE está em greve e seus funcionários levantaram essa questão abertamente), reflete aspectos da crise política do país e, de certa forma, é produto de seu aprofundamento. A queda acentuada da candidatura Collor demonstra ainda mais o seu artificialismo. A verdade é que Collor não é, nem nunca foi, o candidato da grande burguesia. O candidato natural teria sido Ulisses Guimarães, capaz de aglutinar amplos setores burgueses, mas que não conseguiu se colocar, dada a sua ligação com o governo Sarney e a conseqüente impopularidade.

Mário Covas, o candidato ideal da burguesia, pela sua fachada "democrática e popular", e seu programa de choque de capitalismo, abertamente proclamado na Câmara dos Deputados, seria a 2ª opção. Mas a "grande" desconfiança em relação à sua conduta na Constituinte e as dificuldades para constituir uma aliança com setores liberais (renúncia de Roberto Magalhães à chapa como vice) implodiram essa opção.

Enquanto a grande burguesia não conseguia se articular, a candidatura aventureira de Collor começava a ocupar o lugar que seria de Ulisses ou Covas: apoiada em forte propaganda da Rede Globo, conseguia altos índices de "popularidade". Mas, mesmo

sem conseguir decolar um so de seus candidatos, o conjunto da burguesia ainda confiava numa reviravolta posterior, enquanto Collor ia conquistando apoio das oligarquias regionais. A reviravolta não veio, e setores burgueses foram obrigados a "engolir" Collor. Segundo muitos, trata-se de uma candidatura totalmente artificial, pois se coloca apenas pela tremenda divisão interburguesa e pelo afundamento tanto dos partidos burgueses quanto das alternativas subsequentemente colocadas.

A burguesia tanto assimila Collor como poderá engolir Brizola, como um recurso indesejável, mas preferível, pois ainda não há condições para uma saída do tipo contra-revolucionária (golpe). Sua última opção, nesse sentido, seria um governo de tipo Frente Popular. Tudo vai depender de como se desenrolar a crise econômica e política, e como vão reagir as massas, diante da implementação das medidas do "plano de emergência", pelo próximo governo.

## O CRESCIMENTO DO PT

A pesquisa do IBOPE de 23/10 coloca Lula em 2º lugar com 15% dos votos. Outras pesquisas o colocam em 3º, mas no mesmo nível de Brizola. Em poucas semanas, houve um crescimento de cerca de 100% em relação ao índice anterior.

O crescimento dos votos na "es-

querda", simultâneo com a queda de votação de Collor, reflete principalmente: 1º- o agravamento da desagregação econômica, com a ameaça da inflação fugir do controle monetarista do governo, e de conseqüente agravamento da crise política (recentemente, voltou a se cogitar a antecipação da posse do futuro presidente) e 2º- o crescimento das lutas operárias e populares e o deslocamento de setores oprimidos para a esquerda.

Esse deslocamento coincide com uma virada à esquerda na campanha eleitoral do PT, que a "esquerda" centrista mais afoita já caracteriza como "correta" e "mais de acordo com o programa do PT".

Trata-se, sem dúvida, de uma virada eleitoreira para a esquerda. Isto porque se mantém no campo de caça aos votos, e não no fortalecimento da ação direta. Não se rompe com o frentismo eleitoreiro (Frente Brasil) e continua a se colocar a improvável saída à crise dentro dos marcos do capitalismo. O PT mudou o discurso na campanha porque aquele que era voltado para agradar a classe média, com o lema da honestidade e transparência administrativa, levou Lula despencar para cerca de 6% nas pesquisas, pois não fazia nenhuma diferenciação com os partidos patronais.

Um dos pontos mais significativos dessa virada foi o da defesa da de-

## Com o PT, contra os partidos capitalistas, mas em defesa de uma política operária

A T. POR defende o voto no PT contra os partidos da burguesia, mas não deixa de apontar que a direção do PT o vem construindo como um partido reformista, ou seja, que se propõe a fazer mudanças que não modificam a opressão de classe burguesa sobre a maioria trabalhadora e dentro dos marcos do capitalismo. Ao contrário disso, o partido proletário tem que objetivar o fim da exploração de classe, e isso só pode ser feito através da tomada do poder pelos explorados pela via insurrecional, para arrancar das mãos dos exploradores o domínio da produção e implantar a propriedade socialista. E isso não pode ser feito pelo Governo Democrático Popular, somente pelo governo operário e camponês, que nasce da luta de massa e não do voto nas urnas.

Defendemos o voto no PT porque lutamos como corrente organizada no seu interior contra o reformismo e defendemos a formação de um Partido Operário Revolucionário, sem o qual o capitalismo continuará sobrevivendo e os trabalhadores morrendo de fome. Pretendemos com isso fortalecer nossa luta por um programa operário de tomada do poder e fim do capitalismo.

Assim, chamamos os trabalhadores a votarem conscientemente no PT exigindo:

- Que o PT lance imediatamente uma campanha de luta contra a fome e a miséria e que chame as massas a saírem ao combate (greve geral);
- Que se coloque em primeiro plano a organização de movimentos grevistas em defesa dos salários reais, saúde, educação e moradia;
- Que o PT forme verdadeiros comitês de luta nas fábricas, sindicatos, bairros populares, escolas, etc., opostos aos comitês eleitoreiros;
- Que o PT deixe de ser um pilar de formação da Frente Brasil Popular de colaboração de classe. Que o PT e Lula rompam com a Frente Popular! Em seu lugar defendam a Frente de Combate Anti-imperialista;
- Que o PT abandone o eleitoralismo e o reformismo e que passe a defender a estratégia da tomada do poder e a implantação do Governo Operário e Camponês, isto é, da ditadura proletária oposta à ditadura burguesa;
- Que o PT utilize as eleições não como um fim para eleger um governo popular reformista, mas apenas como meio para defender junto aos trabalhadores um programa de expulsão do imperialismo, confisco das terras dos latifundiários, expropriação da grande propriedade capitalista e fim da miséria.

estatização, como no caso da Mafer-sa, entre outros. Entretanto, a progressiva denúncia da operação imperialista de desestatização se manteve presa à concepção petista de capitalismo de Estado. Evitou-se colocar a luta pela mobilização geral das massas contra a investida do grande capital e a defesa do controle operário da produção, sem a qual a questão das estatais permanece no âmbito da propriedade capitalista. Sem

dúvida, se tocou no sentimento dos trabalhadores oposto ao entreguismo, mas sem apontar-lhes a perspectiva da luta anticapitalista e antiimperialista.

Aquilo que poderia significar um deslocamento no sentido da independência de classe é descaracterizado e canalizado para uma solução que não vai além da pregação de reformas, impossíveis dentro da crise capita-

lista, e da conciliação de classes. O voto de classe, que defendemos por significar nas eleições a separação da classe operária da burguesia, é pulverizado, aparecendo deformado no crescimento da intenção de voto em Lula. A política democratizante demonstra assim toda sua limitação e mais o fato de ser ainda um obstáculo para o avanço rumo à independência de classe.

## Votar no PT em defesa da independência de classe 2º turno sem Lula: Voto Nulo!

Diante do atual quadro de crescimento da "esquerda" nas pesquisas, coloca-se a possibilidade de ampliação da Frente Popular criada pelo PT com a incorporação a ela de outros setores burgueses "progressistas", como o PDT e o PSDB, por exemplo, reforçando-lhe o caráter de conciliação de classes. As possibilidades seriam:

1º- Brizola no 2º turno com Lula de fora. A tendência é a de que o PT arme uma aliança com o PDT, e ainda com o PSDB e setores do PMDB, na qual ele se constituiria num sustentáculo para as posições "socialistas" pró-imperialistas de Brizola. Qual a conduta a se adotar nessa circunstância? Chamamos o voto nulo, em defesa da independência de classe, contra a frente de conciliação e submissão com a burguesia. Não ao frentismo eleitoral, por uma frente de luta. Que o PT rompa com a Frente Brasil e chame o voto nulo com esse conteúdo.

2º- Lula no 2º turno. O PT buscaria ampliar a frente Brasil rumo ao PDT e setores do PMDB e PSDB. A Frente Brasil teria ampliada sua base poli-

classista e avançaria no papel da Frente Popular como último recurso da burguesia antes do golpe. Impõe-se a luta no PT contra a ampliação da aliança de classe, e pelo rompimento da Frente Brasil. Que o PT defenda o voto contra a burguesia e seus partidos que chame uma frente de luta em oposição à frente eleitoral; que denuncie os partidos da Frente Popular favoráveis à submissão e conciliação com a burguesia. Chamamos o voto no PT contra os partidos patronais e em defesa da independência de classe; denunciemos o reformismo chamando a construção do Partido Operário Revolucionário.

Qualquer outra opção leva necessariamente à adaptação ao reformismo e ao caminho da derrota do movimento operário. Essas são as consequências da estratégia reformista de Governo Democrático e Popular ou de suas variantes (Trab. da Cidade e do Campo, etc.) e da conseqüente tática frentista eleitoral.

## Contra o frente populismo

Recentemente, antes da ascensão de Lula nas pesquisas, a prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, declarou que haveria a possibilidade do PT apoiar Brizola no 2º turno das eleições. Lula propôs aos concorrentes que considera "progressistas" que estabeleçam um pacto de não agressão.

Covas acenou em seu programa na TV com a possibilidade de apoiar até mesmo Lula no 2º turno, e foi repreendido por Antonio Ermírio de Moraes. Qualquer dessas hipóteses significaria um golpe na independência do PT em relação aos partidos burgueses. Repudiamos qualquer tentativa no sentido da Frente de esquerda policlassista, e chamamos os militantes classistas do PT a se posicionarem contra a mesma, e pela negação da tática frentepopulista.

## PCB — Uma resposta contrarevolucionária

Respondendo à pergunta do "empresário" Beto Carreiro, o candidato do PCB, Roberto Freire afirma que a solução para a questão agrária do país está em "alterar", nos moldes aprovados pela Constituição, a atual estrutura fundiária do País. (...) distribuição dos latifúndios improdutivos ... " e que as empresas agrícolas de grande porte tenham função social.

O PCB quer mesmo, conforme o seu programa na televisão, "acabar com as invasões". Subordina-se à Constituição que contém a posição da UDR, não se propõe a atacar os latifúndios "produtivos", muito menos as grandes empresas agrícolas. Mais uma vez o PCB mostra sua face contra-revolucionária.

# O parasitismo bate novo recorde

## Pelo Não Pagamento da Dívida

"Os países em desenvolvimento do Terceiro Mundo continuaram, em 1988, a ser exportadores de capital para as nações mais ricas. No relatório anual do Banco Mundial (Bird) (...), a instituição multilateral de crédito revelou que, no ano passado, ficou ainda maior a diferença entre o que o Terceiro Mundo transfere para o exterior e o que recebe em dinheiro novo ou investimentos dos bancos privados e oficiais dos países mais ricos. "Esta evasão de capital do Terceiro Mundo, que chegou a US\$ 50 bilhões em 1988, foi recorde", declarou Barber Conable, o presidente do Bird (...)" (O ESP, 19/09/89).

No início do ano, o ex-secretário de Estado americano, H. Kissinger, apontava para a necessidade de se reverter esse quadro, principalmente na América Latina, região geopoliticamente estratégica para os EUA. Ele julgava em perigo os recentes processos de redemocratização, conduzidos pelo imperialismo, considerando mesmo impossível a "estabilidade democrática" nesses países em profunda crise econômica e, paradoxalmente, "exportadores" de capital aos países desenvolvidos. Apontava como alternativa uma "nova ordem econômica internacional" e um plano de conversão e diminuição das dívidas através do mercado secundário, financiado pelo Tesouro Americano, e assim antecipando em linhas gerais o que viria a ser o plano Brady.

Até agora, todos os planos propostos para contornar a crise das dívidas resultaram em fracasso. A falência do Plano Baker e das tentativas de conversão levaram o imperialismo a propor o Plano Brady, um plano considerado pela banca internacional como de alto risco. Tinha por objetivo pressionar os países endividados, principalmente na A.L., a se sujeitarem à desestatização em massa e à reconcentração dos setores fundamentais da economia sob controle imperialista. Funcionou apenas formalmente no México, com todo apoio de Washington, mas não há sinais de que possa superar o impasse atual ou ser bem sucedido em outros países. A banca credora já se prepara para uma crise mais geral e profunda do endividamento e reforça suas reservas. Sua preferência é claramente pela proposta do FMI, que propõe que antes de mais nada se façam todos os ajustes na economia, ou seja, privatizações, demissões em massa no funcionalismo e arrocho salarial geral, corte nos subsídios, sobretaxar serviços públicos, etc., para, só depois, discutir refinanciamentos da dívida. Essa preferência vem do fato deste plano ser bem mais seguro que o Brady: só libe-

rar dinheiro novo e só negociar títulos com a economia sob controle (do imperialismo). Penham assim estar evitando possíveis perdas adicionais.

No caso do Brasil, até o Bird e o BID, que receberam em 88 mais do Brasil em amortizações, juros e taxas do que emprestaram, condicionam a liberação de dinheiro novo "à execução pelos países devedores de reformas políticas macroeconômicas". É foi no sentido de procurar tranquilizar tanto a banca quanto esses organismos que veio o chamado "Plano de Emergência" do Congresso Nacional, que era uma tentativa da burguesia de estabelecer de comum acordo as linhas gerais de ação do próximo governo, em conformidade com as exigências imperialistas, e pressionar a banca credora com a ameaça de moratória. Entretanto, os atrasos de bilhões de dólares em juros já vencidos e ainda não pagos pelo Brasil, a desorientação econômica do governo e sua incapacidade para iniciar o programa de desestatização e corte nos subsídios acabaram com qualquer possibilidade de novo acordo ainda com este governo.

Da parte dos concorrentes "liberais" ao futuro governo, há uma proclamação sistemática de que vão implantar as medidas do Plano de Emergência, e que esta é a única via de saída para a crise. Quer dizer que vão implantar o programa do FMI, e

esperar assim a abertura de uma possibilidade de renegociação da dívida, dinheiro novo, etc. Dada sua ligação até as entranhas com o imperialismo, isso não é de se admirar.

As candidaturas "reformistas" pretendem mostrar o problema da dívida como uma questão moral. O endividamento dos países atrasados, inclusive o Brasil, seria produto da "ganância dos banqueiros internacionais". Por isso, se propõem a investigar a origem da dívida e, enquanto isso, suspender seu pagamento temporariamente. Os recursos provenientes da suspensão seriam aplicados na economia nacional e, futuramente, voltaria a se pagar a dívida "real". A motivação não é mais do que um recurso extremo de comum acordo com o imperialismo no sentido de garantir o pagamento, mesmo que futuro, da dívida e evitar o não pagamento de fato. A defesa da suspensão do pagamento tem como conteúdo a defesa do pagamento futuro, e, portanto, da continuidade do parasitismo e da exploração (recentemente, a CS se juntou aos defensores da suspensão do pagamento da dívida no Congresso da UNE e depois reafirmou no seu próprio jornal, mostrando que quando fala em não pagamento, está falando em suspensão (CS nº 230).

O endividamento externo não é uma questão moral, mas é peça fundamental do mecanismo de transferência e

## Um termômetro da crise capitalista

Dois mini "cracs" em Nova York agitaram, no mês de outubro, as bolsas de valores em todo mundo. A primeira queda, de sexta-feira 13, foi de 200 pontos, a mais alta desde outubro de 1987, quando os prejuízos atingiram a marca de um trilhão de dólares. As perdas chegaram a 200 bilhões. Na 2ª feira posterior, todas as principais bolsas do mundo registraram quedas significativas. O governo americano foi obrigado a intervir utilizando fabulosos recursos do Estado para evitar um reprise do ocorrido há dois anos. com isso, reforçou o déficit público e ampliou as expectativas de crescimento da inflação americana, e abriu novas possibilidades de queda no futuro.

No último dia 25, nova queda de cerca de 90 pontos obrigou o fechamento da Bolsa de Michigan (que já contabilizava uma queda de 12 pontos no início do pregão) e levou a Bolsa londrina a nova queda. Muitos já falam na falência da política econômica de Thatcher: diminuiu-se cada vez mais o número de acionistas e só persistem aqueles que são capazes de arcar com as quedas sucessivas.

Esses episódios demonstram como a crise capitalista atinge o planeta inteiro, sustentando-se sobre a crise americana, com potencial cada vez mais explosivo. Só a revolução proletária mundial pode evitar a catástrofe da barbárie que ameaça o mundo sob opressão imperialista. Os operários das metrópoles devem se unir com os dos países oprimidos para liquidar com o imperialismo e todo capitalismo putrefato.



exportação de capital, próprio da fase imperialista do capitalismo. É expressão da fase agonizante do capitalismo, fase de predomínio do capital financeiro, do monopólio dos grupos multinacionais, da destruição das forças produtivas e da reação em toda a linha.

Trata-se de um fenômeno que mostra com muita clareza o gigantesco grau de parasitismo do capital financeiro. Um país como o Brasil paga anualmente cerca de 6% de tudo o que produz só de juros, sem contar a descontrolada evasão e fuga de dólares para o exterior.

As dívidas, atualmente, fazem parte do plano imperialista de recolonização dos países atrasados. Diante da crise de sobreprodução mundial, o imperialismo procura penetrar ainda mais fundo no seu controle sobre as economias dos países semicoloniais, pressionando no sentido de uma verdadeira destruição de amplas parcelas da economia e colocando seus setores fundamentais e mais lucrativos sob seu controle direto. É nisso que consiste a sua defesa de quebra das empresas deficitárias, privatização em massa, eliminação das proteções de reserva de mercado, diminuição das taxas de importação, etc.

A saída imperialista para a crise mundial (recolonização dos países atrasados, penetração nas economias dos países socialistas e introdução de "reformas" no sentido da economia de mercado e restauração capitalista, eliminação das barreiras alfandegárias e de proteção nacional europeias e na América do Norte) só poderá ter como resultado, através de uma ampla destruição das forças produtivas mundiais, a elevação da miséria das massas, que serão as principais penalizadas com o processo da liquidação produtiva mundial.

Diante dessa perspectiva, o que se propõe, tanto da parte da burguesia mais reacionária, quanto da chamada progressista, mostra claramente toda a sua covardia e impotência política no sentido de enfrentar a opressão imperialista. Não há possibilidade de saída progressiva para as massas sob nenhuma perspectiva apresentada pela burguesia reformista.

A atual situação mostra claramente que somente as massas exploradas, em particular o proletariado, podem enfrentar a fundo toda a política de parasitismo imperialista, mobilizando suas forças e utilizando seus próprios métodos de luta, de maneira totalmente independente da burguesia nacional caduca, apontando para a luta pelo seu próprio poder de classe.

Em oposição às frentes eleitorais que têm como limite máximo a sua pensão temporária do pagamento da dívida, levantamos a necessidade de estruturação de uma Frente de Luta, revolucionária e antiimperialista, única forma de organizar o combate de massa contra a opressão imperialista, lutando pelo não pagamento, rompimento e expulsão do imperialismo.

## Tribunal de Lima / OT:

# Não é possível lutar contra a Dívida sob a direção da burguesia nativa

O jornal "O Trabalhador" dedica grande destaque em suas últimas edições às atividades preparatórias e parciais ao chamado "Tribunal de Lima". O que se propõe com o mesmo é uma luta pela "anulação" da Dívida Externa. Foi proposta a greve geral continental pela anulação da dívida. Reunião em Lima nos dias 22, 23 e 24 de setembro, o Tribunal se pronunciou pela anulação das dívidas dos países atrasados.

### ITEM EM PARTE DO TRIBUNAL

A primeira característica importante a ser considerada sobre a possibilidade de um Tribunal ou outro organismo internacional ou nacional ser capaz de lutar, espontaneamente, contra o pagamento da dívida e seu caráter de classe, é a frente de luta contra a dívida só pode ir a fundo na luta contra o pagamento da mesma se estiver sob a direção do proletariado. É a única via capaz de romper e liderar a maioria nacional num combate até a fundo contra o imperialismo. As burguesias nacionais dos países atrasados são incapazes de fazê-lo, tanto pela sua debilidade, quanto pela sua ligação estreitada com o imperialismo, e seu temor pela revolução proletária.

No caso do Tribunal de Lima, temos uma frente que não está sob a direção proletária. Ao contrário, apesar da participação de organizações sindicais como a UPEL boliviana e a CMB boliviana, tem participação destacada da organização como a dos Peritos Humanos (participação dirigente), e parlamentares de várias correntes, democratas e verdes, e ingleses do Partido Trabalhista. Estes últimos, não apenas não trazem uma luta contra o imperialismo em seus próprios países, como são inclusive pilares de sustentação dos mesmos. Seriam estes setores capazes de participar de uma frente antiimperialista? Claro que não.

Esse é inclusive um dos motivos pelos quais a luta contra a dívida é colocada como de "anulação" e nunca como um aspecto da luta de caráter mais geral contra o imperialismo. Não, não é possível lutar pelo não pagamento da dívida, em luta contra o imperialismo, levantando as outras correntes, a despropriedade, a expropriação, rompimento e expulsão. O Tribunal se coloca sobre a "pele" do "povo", colocando apenas a luta contra a "ganância" dos bancos, e portanto pelo seu caráter de classe, porque esta sob a direção burguesa.

O jornal "O Trabalhador" faz nenhuma caracterização dos participantes do Tribunal, e portanto faz a avaliação de mesmo. Nesta situação concreta é que se pode perceber claramente o conteúdo da política dessa tendência: o de colocar a luta contra a Dívida nas mãos da burguesia nativa, ou seja, não colocar a luta com oponente pelo não pagamento. É muito menos antiimperialista.

### EM DEFESA DA GREVE GERAL CONTINENTAL PELA NÃO PAGAMENTO

A luta pela Não Pagamento da Dívida não passa pelas mãos da burguesia nativa, mas pela luta direta das massas oprimidas sob direção do proletariado. As propostas de "União dos países devedores", defendida por Fidel Castro e pelos demais dirigentes de todas as matizes, foi também por Henry Kissinger! Já no de posse, os colônias, os bancos, credores, estão fadadas ao fracasso. As dívidas têm importância fundamental na própria estrutura econômica imperialista, e portanto o rompimento essencial no processo de recolonização, vital para a superação da crise econômica do ponto de vista do imperialismo. Portanto, a luta antiimperialista leva necessariamente a revolução proletária, não há outra alternativa: recolonização, destruição das forças produtivas, contrarrevolução ou revolução proletária.

É preciso por sempre uma frente de luta, revolucionária e antiimperialista, que levante as massas sob a direção proletária empunhando as consignas antiimperialistas no seu conjunto. A união das massas oprimidas dos diversos países devedores, em especial da América Latina, é de extrema importância nessa luta, mas sob a direção proletária.

A greve geral continental deve ser defendida. Para sua materialização são necessárias: 1- A organização sob a direção proletária, com um caráter antiimperialista; 2- A criação das organizações de luta de massa, que para existirem dependem da perspectiva de luta colocada.

Chamamos a CUT, o PL, todas as organizações de esquerda a romperem com o Tribunal de Lima e organizar um encontro internacional sob a direção proletária para organizar a luta antiimperialista e a greve geral de todo o continente pelo não pagamento da dívida.

# Agudiza a luta de classes no campo

Entre agosto e setembro, "cinquenta trabalhadores realizaram 33 ocupações em 13 estados" (Jornal dos Sem Terra). Em Santa Catarina, Palma do Oeste, a brigada militar transformou a fazenda Caldato em campo de guerra para quebrar a resistência dos camponeses armados precariamente. Foi necessário assassinar Olívio Albani e ferir mais de 70 para, finalmente, numa outra investida com mil soldados, arrancá-los sob a ameaça de massacre. Em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, cerca de 10 mil sem terras foram bloqueados na execução da ocupação por forte aparato militar, graças à informação transmitida aos órgãos de segurança. Esses são alguns dos exemplos mais expressivos da retomada dos confrontos na luta pela terra.

A desilusão do movimento dos Sem Terra com a Constituinte e, mais recentemente, a desconfiança das promessas de reforma agrária, feitas nas eleições presidenciais, resultaram numa ofensiva de ocupações em várias regiões do país. Durante todo o período da Constituinte, as lideranças do movimento (CPT) alimentaram as esperanças no PT, CUT e "progressistas" obterem uma reforma, mesmo que limitada, nas atuais relações fundiárias do país. Por todos os lados, os ativistas, tendo à frente o CNBB, colheram milhões de assinaturas. A luta direta pela terra foi preçada e substituída pelas manobras constitucionalistas.

As conseqüências resultaram no impasse agrário. A UDR se estruturou e impôs na Constituinte os interesses da oligarquia. A vitória da reação foi tal que fez regredir, inclusive, o famoso Estatuto da Terra, outorgado pela Ditadura Militar. Ao mesmo tempo, se enterrou definitivamente o Plano Nacional de Reforma Agrária, decretado por Sarney contra as ocupações, e defendido pelos democratizantes e pela Igreja como uma saída conciliadora. Nesse mesmo processo, o Ministro Nelson Ribeiro, indicado pelo clero, foi enxotado pelo governo, sem pena e nem glória. Toda a tentativa de solução negociada para a explosiva questão agrária fracassou e a direita fascista (UDR) ganhou terreno nas decisões do Estado.

A essência do balanço dessa experiência está em que do parlamento, dos partidos e do Estado burguês não sairá nenhuma reforma agrária que resolva a agonia de mais de 15 milhões de sem terra. E, por outro lado, o pacifismo e o legalismo jogam a favor dos latifundiários e do grande capital. A palavra de ordem

de "ocupar, resistir, produzir" é um passo prático inicial dessa experiência. A procura de massificar a luta camponesa, coordená-la em ações conjuntas e prepará-la para resistir à repressão são medidas necessárias para desenvolver e fortalecer a luta no campo.

## AS RAÍZES DA VIOLENCIA ESTATAL E LATIFUNDIÁRIA

Os assassinatos, torturas, prisões arbitrárias, invasões a domicílios, ameaças de morte e perseguição policial expressam as profundas contradições existentes entre o monopólio da terra pelos latifundiários e os milhões de camponeses pobres. Os fazendeiros, pistoleiros, grupos paramilitares, jagunços, delegados, brigadas, prefeitos e governos ora se revesam ora se unem contra os camponeses. Somente este ano, a CUT denunciou 42 assassinatos. E a prática da tortura contra as lideranças tornou-se generalizada, como nos tempos da Ditadura. A ultraminioria proprietária não tem como manter a escravidão camponesa e a grande propriedade senão sob a base da violência reacionária.

A história agrária do Brasil está marcada pela contínua concentração e expansão da propriedade fundiária, de um lado; e a redução da área ocupada pelas pequenas propriedades, de outro. A expulsão de uma massa camponesa das terras e o empobrecimento cada vez maior expressam esse fenômeno. Os dados sobre a distribuição fundiária de 1985 indicam que as propriedades de até 100 ha chegavam a 5,3 milhões (90,2% do

total dos estabelecimentos), no entanto, detinham apenas 79,6 milhões de ha, ou seja, um mísero 21,2% da área total. Enquanto isso, as grandes propriedades (acima de 100 ha) não passavam de 568,7 mil estabelecimentos, mas detinham 296,5 milhões de ha, portanto, 78,8% da área.

Essa imensidão de terra está sob a égide do capital financeiro e industrial, com o qual se entrelaça a oligarquia fundiária. As multinacionais e grandes magnatas do capital nacional estenderam, nos últimos tempos, o domínio fundiário e, juntamente com os fazendeiros, se constituem na reação em toda linha a qualquer transformação. Assim, contra os camponeses há uma aliança de ferro dos senhores capitalistas que a qualquer preço pugnam por preservar o domínio da terra.

## DEFENDER A REVOLUÇÃO AGRÁRIA

A política de pressão para que o governo burguês indenize os latifundiários, assente os sem terra e dê condições para produzir não tem futuro para o campesinato. A reforma agrária é uma tarefa democrática que a burguesia nacional não cumpriu e não cumprirá no Brasil semicolonial. A combinação da hegemonia latifundiária com milhões de raquíticas propriedades, onde prevalece o trabalho familiar, se constitui numa relação estrutural do país capitalista atrasado. A natureza ociosa e parasitária da propriedade latifundiária corresponde ao pouco desenvolvimento das forças produtivas capitalistas bloqueadas historicamente pelo predomínio imperialista, perante o qual a burque-

## Latifúndio e trabalho escravo

"Segundo a Delegacia Regional do Trabalho, há no Pará cerca de 70 fazendas que mantêm o regime de escravidão". Esta notícia foi publicada mediante a denúncia feita pelo trabalhador José Pereira Ferreira, de 17 anos, que conseguiu fugir do cativo, mantido pelo fazendeiro Mutran Filho. Este escravocrata possui nada mais nada menos do que 7 mil ha, onde planta e colhe com o trabalho escravo. Para isso, se utiliza da jagunçada armada até os dentes. A confirmação da Delegacia do Trabalho da existência de 70 fazendas cativas reflete não só o cinismo das autoridades como também a proteção que os fazendeiros têm do Estado burguês. Inúmeras vezes se denunciou o trabalho escravo e também o servil nas terras brasileiras, entretanto, a prática continua a existir largamente. A razão disso é que continuam a ocorrer no campo as relações econômicas e sociais atrasadíssimas, típicas de país capitalista semicolonial, que arrasta atrás de si formas pré-capitalistas (trabalho de subsistência familiar) e que comporta 'marginalmente' esse tipo de seqüestro humano. O governo e a polícia sabem disso, como acaba de comprovar a Delegacia do Trabalho, e acobertam os senhores de escravos. A erradicação definitiva dessa barbárie não está na modernização do campo, como apregoam os burgueses, mas sim na destruição do capitalismo e na construção do socialismo.

sia nacional passou a depender cada vez mais.

Não é por outra razão que a tendência tem sido a de se ampliar a concentração, a especulação do valor das terras e o predomínio de um punhado de capitalistas detentores do capital financeiro. E, também, nos é conhecido o sonho de uma parcela de burgueses, ligados ao mercado interno, e de pequenos burgueses, de uma reforma agrária para dinamizar as forças produtivas, mas que sempre se dissipou.

Agora, no movimento dos sem terra, há duas tendências do clero que se alternam conforme a situação: Uma que procura disciplinar ao máximo as ocupações, canalizando o problema para a solução institucional, governamental e parlamentar; a outra que, através da ocupação e resistência, pensa impor ao Estado seu plano de assentamento. Esta última avançou, depois de colaborar com a Constituinte, chamando às ocupações com resistência. Embora conduza a alguns passos práticos na luta direta, a sua perspectiva política não escapa ao reformismo agrário, isto é, à pressão para que o Estado burguês desapropriar e assente a contornar uma parte dos camponeses. Neste ponto, as duas tendências se põem de acordo, variando, portanto, apenas quanto ao método. Esta via não poderá conduzir à vitória sobre os latifundiários.

O que está colocado no Brasil é a revolução agrária, isto é, a liquidação total do latifúndio. Todas as terras deverão passar para o controle dos camponeses pobres. Os latifúndios terão de ser expropriados sem indenização e as terras nacionalizadas. Uma das condições para derrotar o latifúndio é ampliar a luta de classes no campo, ocupando, resistindo e formando os conselhos agrários. A outra é organizar a luta para destruir o poder burguês, colocando o campesinato em estreita aliança com o proletariado.

#### A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA EMANCIPARÁ

As transformações agrárias não poderão ocorrer senão como parte da revolução proletária. Quem irá nacionalizar as terras? Quem assegurará o controle camponês? Quem criará as condições financeiras e técnicas para produzir? Nenhum governo capitalista fará isso. E, também, tal tarefa é inconcebível enquanto os bancos, as indústrias e o comércio estiverem nas mãos da burguesia nacional e do imperialismo. O que significa que o camponês, por si só, não será capaz de escurraçar com a oligarquia latifundiária, pois depende de impor uma derrota de conjunto à burguesia e ao imperialismo.

Se se pretende emancipar os trabalhadores agrários da estrutura dos latifúndios e da opressão de classe, o caminho é lutar para a tomada do poder do Estado. E tal objetivo o campesinato não poderá alcançar, mas o proletariado com seu apoio sim. Escorado na mobilização do camponês pobre, o proletariado terá reunido as condições para dirigir a maioria nacional oprimida rumo à destruição do Estado burguês

e à instalação do governo operário e camponês.

O que se deve extrair da realidade do país semicolonial é que o proletariado é a única classe que pode executar as tarefas democráticas pendentes de libertação nacional e revolução agrária. Para isso, terá de lutar pela expropriação do grande capital, de estabelecer o controle operário da produção e comercialização e iniciar o planejamento socialista da economia.

Estas tarefas são as condições para desbloquear as forças produtivas prisioneiras da propriedade capitalista, da opressão imperialista e da estrutura latifundiária dominante no campo. Não se pode perder de vista, um segundo sequer, que a nacionalização das terras e o controle camponês são parte da revolu-

ção proletária. Portanto, da luta para esmagar a burguesia, expulsar o imperialismo e instalar a ditadura proletária; isto é, o governo da maioria explorada contra a minoria exploradora, que persegue, tortura, e mata camponeses e operários. Desta forma, toda tentativa de reforma agrária sem quebrar o poder da classe capitalista colocará o movimento de ocupação sob a direção dessa ou daquela variante burguesa ou pequeno burguesa, que o utilizará contra o proletariado revolucionário e, finalmente, contra a própria tarefa da revolução a estrutura agrária.

- Viva a ocupação de terras!
- Viva a aliança operário e camponês!
- Viva a Revolução e Ditadura proletárias!
- Que morram os genocidas do povo!

## O programa agrário do PT

"Não existe muita alternativa para fazer a reforma agrária neste país depois da aprovação da nova Constituição". Estas são palavras de Lula ao jornal dos Sem-Terra. E qual é a solução? Segundo o próprio Lula, o PT aproveitará a única brecha no conceito de propriedade produtiva. Esta é a resposta: "Na medida que nós iremos regulamentar este conceito poderemos estabelecer por aí uma cincha para fazer a reforma agrária". O candidato logo esclarece: "Nós achamos que a reforma agrária não é apenas uma questão legal, depende da pressão do povo". Mas, em seguida, diz o que pode ser feito dentro da legalidade imaginada: "É só utilizar as terras devolutas do Estado, as improdutivas dos grandes latifundiários".

No comício, em Ronda Alta, frente a uma multidão de sem-terras, Lula explicou "que tentará rever o conceito de terra produtiva na regulamentação da nova Constituição". E assegurou: "Não vai ser preciso, então, ocupar, porque no governo popular estará garantida a posse da terra (Jornal da Tarde)".

Nos "13 pontos da Frente Brasil Popular", o PT se compromete com a seguinte formulação: "O governo da Frente vai empenhar-se para que se revejam os dispositivos legais que proibam a desapropriação de terras consideradas produtivas. Mas, independentemente disso, o governo da Frente promoverá uma reforma agrária através da desapropriação de imóveis rurais improdutivos, da arrecadação, sem indenização, de terras tomadas por grilagem ou pertencentes às multinacionais, adquiridas em fraude à legislação; da desapropriação de terras envolvidas em conflitos".

Por sua vez, no Plano de Emergência, se predispõe à "cobrança imediata do imposto territorial rural devido pelos latifundiários e aplicação (...) dos recursos na desapropriação fundiária e assentamentos para reforma agrária".

Está aí a essência da linha reformista do PT: 1) Reformar a Constituição; 2) Desapropriar o que for improdutivo; 3) Arrecadação sem indenização apenas das terras griladas ou compradas fraudulentamente pelas multinacionais; 4) Aplicar um fundo como indenização.

Em todos os casos, o governo da Frente Popular coloca o problema da terra dentro dos limites impostos pela lei de proteção da propriedade burguesa. Imagina poder executar mudanças numa parte das terras devolutas e do latifúndio improdutivo, sem contudo liquidar a estrutura latifundiária dominante. Como governo democrático, se posiciona por respeitar a Constituição da UDR e promete modificá-la legalmente para poder juridicamente avançar nas reformas.

Evidentemente, o PT não pode desconhecer que não se trata de uma questão meramente legal, pois a luta de classes anda solta no campo. Mas esta é vista como fator de pressão para as reformas institucionais. Esse programa não deixa de assustar assim mesmo a temerosa burguesia, mas, enquanto esse conteúdo semi-reformista estiver em pé, a estrutura latifundiária não correrá sério perigo, pois certas desapropriações e assentamentos até Sarney fez. O problema é se tal governo será capaz de breçar a expansão da luta camponesa, que tende a se aliar com ao do proletariado. Isso depende em muito da organização da vanguarda revolucionária que negue esse programa agrário muito pouco antilatifundiário. Um verdadeiro programa agrário se contrapõe integralmente ao latifúndio e é um instrumento para desenvolver a luta de classes contra a oligarquia, portanto, oposto ao reformismo legalista.

# Cresce a fome no mundo

"Devemos hoje propor um objetivo audacioso: que dentro de 10 anos nenhuma criança se vá deitar com fome, nenhuma família tenha medo de que lhe falte pão, nenhum ser humano veja seu futuro e suas potencialidades entravados pela desnutrição. Esta era a declaração da Conferência Mundial da FAO, organismo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, em 1.974. Nesse ano, havia 495 milhões de pessoas desnutridas no mundo. Quinze anos depois, os próprios organismos da ONU constatam que 1,3 bilhões de pessoas, ou 26% da população mundial, estão seriamente doentes ou desnutridas, destes, 40% são menores de 15 anos (OMS). No final do século, haverá 6 bilhões de habitantes no planeta dos quais 90% nascerão nos países atrasados da Ásia, África e América Latina. Jack Woodall, epidemiologista da OMS, informa que doenças evitáveis matam a cada ano 2,8 milhões de crianças, o motivo: a desnutrição.

A causa desta situação não pode ser atribuída à falta de alimentos. Paul Lunven, dirigente da FAO, reconhece que nos últimos anos "houve significativo aumento de produtividade na agropecuária e Lester R. Brown, especialista americano das Nações Unidas, menciona que de 53 a 73 a produção mundial de cereais aumentou em mais de 100%, chegando a 1,3 bilhões de toneladas. A produção mundial per capita passou de 2,8 quilos (1950) para 326 quilos (1970), estando hoje estacionada em torno de 325 quilos em média. Ao lado desses dados, não podemos esquecer as gigantescas reservas de alimentos estocadas nos depósitos dos principais países capitalistas e o "aperfeiçoamento do sistema internacional destinado a enfrentar as crises na produção e no consumo de alimentos" (Documento sobre a questão da fome e alimentação mundial preparado por especialistas da ONU).

O crescimento da fome, da desnutrição e das doenças no mundo, concomitante ao aumento da produção de alimentos, é a expressão mais bruta, do parasitismo do regime capitalista, e, no quadro da crise mundial, ela desnuda que esta crise decorre não da falta dos bens que a sociedade precisa, mas do seu excesso. A maneira capitalista de resolvê-la é a destruição das forças produtivas, as máquinas e a tecnologia, mas também dos próprios trabalhadores. O crescimento da fome, portanto, não é uma anormalidade ou doença passageira deste regime, senão a manifestação das tendências à barbárie que carrega.

As nações que suportam o peso principal desta barbárie são os povos atrasados da Ásia, África e América Latina, cujas populações definham a cada dia vítimas da opressão imperialista e dos seus lacaios nativos, as burguesias nacionais. O insucesso presidente da UNICEF, James P. Grant, declarou que "Nenhum grau de avanço tecnológico poderá resolver o problema da concentração de 80% de terras da América Latina nas mãos de menos de 10% da população, ou da concentração de 50% das terras cultiváveis em muitas partes da Ásia nas mãos de menos de 10% dos agricultores". Ao mesmo tempo, a corrida armamentista consome 500 bilhões de dólares por anos, 10 vezes mais do que a soma necessária para evitar que seres humanos morram de fome.

O documento sobre a fome mencionado acima conclui: "A fome crônica continua a afligir dezenas de milhões de pessoas no mundo, porque só se pode vencer a fome no mundo criando empregos e aumentando rendas, tanto no campo como nas zonas urbanas". Os técnicos burgueses, redatores deste documento, sem querer, estão denunciando o regime capitalista num ponto crucial, ou seja, de que este se caracteriza pela concentração insaciável de riquezas nas mãos de um punhado de parasitas e pela produção inevitável de uma massa sempre crescente de desempregados como condição de acumulação de

capital.

A este respeito nunca é supérfluo lembrar a análise de K. Marx sobre a inevitabilidade do capital aumentar o contingente de desempregados crônicos, movido pela busca incessante de mais-valia (trabalho não pago) que o impele a reduzir ao máximo o tempo de trabalho necessário (no qual o operário repõe o valor de sua força de trabalho). Com esta finalidade, o capital desenvolve a tecnologia em grau antes nunca imaginado, tornando supérfluo um número cada vez maior de trabalhadores. Este verdadeiro exército de desempregados pressiona no sentido de deprimir ainda mais os salários dos trabalhadores empregados, aumentando a mais-valia capitalista. "Quanto maior é a riqueza social tanto maior é o exército industrial de reserva... Quanto maior é a massa de superpopulação consolidada... tanto maior é o pauperismo oficial. ESTA É A LEI GERAL ABSOLUTA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA", conclui Marx.

PARA ACABAR COM A FOME, ACABAR COM O CAPITALISMO

No Brasil, também o quadro da brutalidade e barbárie capitalista atinge proporções dantescas. Organismos internacionais (JT- 16.10.89) reconhecem que 90 milhões de brasileiros sofrem de desnutrição. Segundo a mesma fonte, o Brasil é o sexto país mais desnutrido e, ao mesmo tempo, o quarto exportador internacional de alimentos. Morrem no Brasil 500.000 crianças a cada ano vítimas da fome. O IBGE registra que 67% da população brasileira consumiam em 1974 menos que as 2240 calorias recomendadas, e que 48% dos alistados no serviço militar, em 1984, foram rejeitados por apresentarem baixa estatura e peso abaixo dos limites. Há 25 milhões de crianças carentes, das quais 8 milhões sem família, que correm o risco do nanismo (fenômeno provocado pela falta de alimentos nos primeiros anos de vida que reduz a estatura, o peso e atrofia o próprio desenvolvimento do cérebro), segundo a denúncia do 26º Congresso Brasileiro de Pediatria.

Essa situação é tanto mais revoltante quando confrontada com os dados de distribuição de renda e desenvolvimento do país. De 1947 à 1987, o PIB per capita aumentou cerca de 385%. No mesmo período o salário mínimo caiu 63,7%. De 1960 à 1980, os 10% mais ricos da população aumentaram sua participação na renda nacional de 39,6% para 51,0%. No Brasil, 27,1% dos assalariados recebem até 1 salário mínimo, ou menos. Outros 43,4% recebem entre 1 e 3 SM. Ao todo, 70,5% dos assalariados recebem até 3 salários mínimos.

O crescimento da fome e da miséria, como se vê, é a consequência do regime capitalista e mais precisamente do seu caráter imperialista, fase mais odiosa quanto mais parasitária se torna.

A drenagem da riqueza para as metrópoles aumenta a cada ano, tanto como fuga de capitais e divisas, como pagamento da dívida externa, que consome uma importante parcela do PIB.

O desenvolvimento dos potenciais produtivos do país e a sua reorganização, (sobre bases tais que todos os habitantes sejam alimentados adequadamente e que o fantasma das doenças endêmicas e da mortalidade infantil seja definitivamente afastado), estão condicionados ao rompimento da sujeição semicolonial da nação, o que implica, portanto, num vasto movimento antiimperialista, que, pelas características do país, não pode ser encabeçado pela burguesia. Em seu lugar, a única classe capaz de liderar este levante nacional é a classe operária a qual confere a este movimento um conteúdo ao mesmo tempo antiimperialista e anticapitalista.

A classe operária também coloca no desenvolvimento desta ação a perspectiva de confluir com

a luta de todas as nações oprimidas e com os operários do mundo inteiro.

Para se por fim à fome é preciso acabar com o capitalismo no mundo, quer dizer, lutar pela revolução

e ditadura proletárias e pelo estabelecimento de uma República Internacional dos Soviets e pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

## Onde está a riqueza?

Em recente matéria publicada na Gazeta Mercantil (29.05.89), o articulista informa que o Produto Interno Bruto é três vezes maior que durante décadas atrás, mas é bem menor o número de proprietários do capital existente. Duzentos grupos de empresários têm o poder de direcionar os rumos de toda a economia. Estes grupos, segundo um estudo da Unicamp, TÊM O PODER REAL DE CONTROLAR A ECONOMIA, pois são os proprietários de 100 bilhões de dólares, que hoje, se movimentam diretamente no Open Market. Este volume é mais da metade de toda a poupança financeira interna. Estas empresas, segundo o mesmo estudo, mantêm sólidas posições na área de exportação e plena autonomia de preços, pois funcionam como oligopólios. Esta fabulosa liquidez significa que este punhado de parasitas joga na especulação uma soma de dinheiro equivalente a quase toda a dívida externa ou interna do país, o que de fato explica a falência do Estado nacional, uma vez que cabe a ele bancar este jogo

especulativo.

Na outra ponta, os dados são claros. A participação dos trabalhadores na renda é 36,7% menor do que era há 25 anos, o que dá uma ideia aproximada do processo de regressão que a nação suporta sob o regime capitalista. Walter Barelli acrescenta: "A partilha de renda é um bom indicador do estágio de desenvolvimento do capitalismo. Nos países desenvolvidos, por exemplo, a participação do trabalho na renda oscila entre 70 e 75%." É claro que isso só é possível mediante a monumental exploração das semi-colônias, o que não impede o aumento da população miserável nesses países desenvolvidos. Isso é o que Barelli não fala. Mesmo assim, dá uma ideia da involução que se processa no país para formas pré-capitalistas, segundo Barelli. O que se depreende desses dados é que qualquer transformação, por tímida que seja, passa inevitavelmente pela expropriação deste bando de sangue-sugas.

## Abaixo as expulsões

Os militantes Boni, Tonhão e Romildo ainda permanecem excluídos do PT, graças à decisão da burocracia repressiva de Diadema, encabeçada pelo estalinista José Augusto. A expulsão decretada pelo Diretório foi em razão desses lutadores apoiarem e organizarem a ocupação de 1500 famílias da área do Buraco do Gazuza. Além de terem sido presos, sofreram uma brutal perseguição política interna ao PT. Por sua vez, a Comissão de Ética da Estadual colheu os depoimentos apenas formalmente, pois já tinha parecer favorável à burocracia de Diadema. Tudo indica que o Diretório Estadual caminhará pela mesma linha de represão às correntes que se colocaram a favor da ocupação e se confrontaram com a administração do PT.

À primeira vista é de se admirar que um prefeito do PT lance a polícia e recorra à prisão dos ativistas e ocupantes e continue impune, enquanto que aqueles que se colocaram pelo combate são duramente perseguidos. Não obstante, tudo caminha dentro de uma lógica. Está previsto no PT um processo de ataque e exclusão das correntes organizadas, que não se submetam à disciplina imposta pela Articulação. Verificamos que quanto mais o PT é levado a ser uma agência eleitoreira e um partido reformista, mais se eliminam os traços da democracia interna, e mais se revela a existência do centralismo burocrático exercido pela Articulação e seus aliados.

Aos petistas de base e a todas as correntes estão colocadas a defesa dos militantes expulsos e a luta pelo direito a fração no PT. Esse direito não diz respeito apenas ao regime interno, mas também à colocação de uma linha revoluci-

onária no interior do partido. Está em pleno vigor a rejeição da política democrático-reformista da direção e o combate pela estratégia da ditadura e revolução proletárias como espinha dorsal da luta programática.

### JORNAL EM TEMPO, ALIADO DA BUROCRACIA REPRESSIVA

Os pseudos trotsquistas acabam sempre por revelar sua verdadeira face. Falamos nesse caso do "Em Tempo" (DS). Essa organização votou pela exclusão de Boni e suspensão de Romildo e Tonhão. E por que a diferenciação? Segundo eles, "é uma simples decorrência do fato deste vereador (Boni), além de outras atitudes completamente contrárias às posições do PT, (notem que não se diz que atitudes são essas), defender o voto nulo nas eleições presidenciais e pregar a formação de um outro partido". A primeira justificativa é mentirosa. Em Tempo se baseou na sanha da imprensa burguesa para concluir que a T. POR defende o voto nulo. Basta que se leia o Jornal Massas e materiais de propaganda para ver que a T. POR defende o voto no PT. Evidentemente, não nos arrastamos atrás do eleitoralismo e do fisiologismo como o "Em Tempo" o faz.

Quanto ao segundo é uma meia verdade. Defendemos sim a construção de um partido operário revolucionário em contraposição à linha da Articulação e dos "trotsquistas centristas", que estão fazendo do PT uma tentativa de tornar viável o reformismo e o cretinismo parlamentar. A falsidade está em que "Em Tempo" dá a entender que estamos chamando à cisão, à saída do PT.

Ora, certamente as divergências

as estratégicas levarão mais cedo ou mais tarde a uma ruptura organizativa. Contudo, o esgotamento da luta programática é o método correto, principalmente através de passos concretos na luta de classes. A Tendência POR se põe precisamente nesta perspectiva. E o "Em Tempo"?

Esta organização tem colaborado com a Articulação na formulação da estratégia de governo democrático-popular, da aliança de classes frentepopulista e do programa de embelezamento do capitalismo. A sua defesa do "Governo Comprometido com os Trabalhadores" nada mais é que uma readaptação do governo democrático popular. A única variante é que o arco de alianças de classe seria um pouco mais restrito (exclui setores burgueses). Mas seu conteúdo de reformismo no quadro do capitalismo é o mesmo. O incrível é que ainda possa de oposição e funciona como uma fração do PT. Tem seu próprio jornal e sua vida organizativa. O "Em Tempo", sim, fraciona o partido a parhisticamente, pois aponta divergências apenas de ordem secundária com a Articulação, o que não justifica ser uma fração. Os trotsquistas sinceros devem condenar esse ataque do "Em Tempo" a uma organização que luta no interior do PT pela construção do Partido Operário Revolucionário. É necessário que se diga a razão verdadeira do voto do "Em Tempo": votou pela expulsão de Boni por este encarnar uma intransigente luta contra o centrismo e o oportunismo. E, ao propor a suspensão de Tonhão e Romildo, fortaleceu a Articulação na sua luta pelo disciplinamento das correntes de esquerda e provavelmente pela exclusão de algumas, como a própria CS.

# Aos companheiros dos Frios

Recentemente, foi distribuído amplamente nos organismos da CUT um manifesto, assinado pelo presidente do Sindicato dos Frios-SP, intitulado "A candidatura Lula e a Frente Brasil Popular", que tem como objetivo esclarecer e denunciar a inclusão sem autorização do nome do sindicato num manifesto de sindicalistas que apoiam Lula e a Frente Brasil Popular, que foi distribuído no início do ano e que este jornal citou, em sua última edição, na matéria "Defender a F.R.A. e a estratégia da ditadura proletária".

Trata-se, em primeiro lugar, de uma iniciativa positiva o fato dos companheiros denunciarem essa fraude e, mais ainda, se contraporem ao programa de "saída capitalista" para a crise que a Frente Brasil coloca, levantando ao invés disso, como única estratégia possível, a "revolução proletária", através do governo operário e camponês.

O que falta então? Ao esclarecer que não assinou o manifesto, falta denunciar quem fraudou: foi o PT, que incluiu o nome na lista sem autorização? Ou foi o Causa Operária, jornal ao qual os companheiros estavam até há pouco tempo ligados, e que propõe o "Gov. dos Trab. da Cidade e do Campo que poderia ser eleito pelo voto e chegar ao governo sem ter o poder", mas que seria "um gigantesco ponto de apoio para a luta pelo poder se estivesse apoiado num programa revolucionário, na organização e mobilização independente das massas e na defesa de um governo operário" (CO nº89), e que assim recria novamente o etapismo? Essa corrente, indiscutivelmente, até pouco tempo estava de pleno acordo com aquela afirmação dos sindicalistas, como podemos ver na edição de nº 90 de seu jornal: "...o lançamento da candidatura operária apoiada neste movimento de lutas estabelece (por si só, N.R.) um terreno de delimitação dentro do qual lutar por uma verdadeira independência de classe...". É quase que a mesma afirmação do manifesto dos sindicalistas.

Para dar consequência à denúncia, é preciso esclarecer quem fraudou e tomar uma posição política clara de delimitação com o mesmo.

Falta, também, após apontar corretamente para o governo operário e camponês, a crítica e o desmascaramento da bandeira do Governo dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, defendida pelos companheiros quando integravam a Causa Operária. As duas estratégias não se confundem: o governo operário e camponês só pode ser produto da insurreição das massas. Não há solução para a crise do capitalismo a não ser pela tomada do poder pela revolução de massa, com o proletariado à cabeça. Ou o proletariado dirige as massas para derrotar o grande capital e passar a economia para seu controle ou a desagregação econômica somente avançará.

O proletariado não pode despontar como potência social antagônica à burguesia decadente sem marchar com decisão rumo ao governo operário e camponês, à ditadura proletária. Em contraposição à frente de colaboração de classes, que é a Frente Brasil Popular, é decisivo levantar a necessidade da estruturação da Frente Única Antiimperialista e da Aliança Operário Camponesa. A organização do combate de massas à opressão nacional e de classe se constitui num imperativo da crise estrutural e da ofensiva imperialista. A construção da Frente Única de luta para combater a reação imperialista e do grande capital é o caminho consequente, pelo qual o proletariado pode defender sua estratégia de poder e seu programa e disputar a liderança da maioria oprimida. Sem essa defesa sistemática, não há como se contrapor ao reformismo e à Frente Brasil Popular articulada pelo PT.

O Governo dos Trabalhadores da Cidade e do Campo levantado pelo CO é um governo "no quadro de uma unidade do Estado Burguês, um governo de oposição às instituições do Estado Burguês, apoiado integral e exclusivamente na organização, mobili-

zação e consciência das massas." (CO 83). É um governo saído do sufrágio universal, que seria capaz de se opor ao Estado Burguês, apoiado nas massas. Com pequenas diferenças (basicamente sobre a amplitude social de seu apoio), tem o mesmo conteúdo estratégico do Gov. dos Trabalhadores da CS, do Gov. comprometido com os Trabalhadores, da VS e DS, ou mesmo do Gov. Democrático e Popular da Articulação e OT. Todas essas correntes colocam como viável um governo eleito que, dentro do Estado burguês se oponha às suas próprias instituições, servindo de base de apoio para se chegar "futuramente" ao socialismo. É por isso que se jogam a fundo na linha eleitoralista da Frente Brasil.

Para ser consequente com a luta pelo governo operário e camponês, os companheiros dos Frios devem estabelecer claramente esta diferenciação com o Gov. dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Somente assim pode-se romper definitivamente com a política democratizante e eleitoreira que está por trás da conduta da esquerda em relação à Frente Brasil.

## ROMPER COM A FRENTE BRASIL

O manifesto dos Frios chama "Lula, o PT, os Sindicatos e oposições classistas a romperem com a Frente Brasil Popular, expressão do atrelamento à burguesia, e a caminharem pela rota da independência classista dos trabalhadores." Entretanto, não deixa de mistificar a candidatura de Lula, quando afirma que esta tem "um único objetivo (...): contabilizar e organizar as nossas próprias forças, com vistas a impor as reivindicações operárias e populares com nossos próprios métodos...". Não, não é este o objetivo da candidatura de Lula. A verdade é que a candidatura de Lula é justamente o elo de ligação e base mais importante da Frente Brasil. Sem a candidatura de Lula, não seria possível ao PT articular sua frente eleitoreira policlassista. O PT joga com sua projeção e representatividade para subordinar a fração proletária mais avançada ao âmbito da democracia burguesa e da influência do Estado. Quem representa a ponte entre a social-democracia européia, o eurocomunismo e os sociais cristãos? Quem é o maior defensor de uma ampla aliança "progressista", que chegaria até o PSDB e setores do PMDB? Não é possível chamar um voto "independente da Frente Brasil Popular" sem estabelecer uma clara delimitação do eleitoralismo e desmistificar a candidatura de Lula. Quando este jornal chama à ruptura com a Frente Brasil Popular, o faz como forma de denúncia da operação de conjunto para frear o combate político de massa e a independência política do proletariado. Neste sentido, rechaçamos qualquer tipo de ilusão que se crie em torno da candidatura de Lula. Não convocamos a formação de comitês eleitoreiros, mas de comitês de luta, que devem utilizar a situação eleitoral para defender a ação direta das massas, a preparação da greve geral e o desenvolvimento das consignas operárias. Defendemos o voto no PT contra os partidos da burguesia, mas não pela caracterização do valor do lulismo, mas porque estamos no PT e utilizamos a questão eleitoral para desenvolver ao máximo a política revolucionária de desmascaramento do reformismo e do centrismo pequeno burguês.

Chamamos os companheiros dos Frios a romperem consequentemente com a Frente Brasil, denunciando também a mistificação da candidatura Lula, e a impulsionarem a luta dos trabalhadores para resolverem seus problemas por seus próprios métodos e não ficarem à espera de um governo que eleito traga reformas e melhorias nas suas condições de vida, coisa impossível dentro dos marcos do capitalismo em crise.

Isso só é possível rompendo completamente com o liame ainda existente com o CO, ou seja, o Gov. dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.

## Metalúrgicos ABCD

# As razões do impasse

Durante a Campanha Salarial dos Metalúrgicos do ABCD, na elaboração da pauta de reivindicações, uma polêmica se instalou na Assembléia em torno da cesta básica. Quem não sabe que os burocratas estão usando essa bandeira para desviar a verdadeira luta pela reposição, aumento real e escala móvel de salários? Em todos os Sindicatos os pelegos incentivam essa estória para chegar a um acordo com a patronal e evitar o levante grevista. O incrível é que dessa vez foi a CS quem fez da cesta básica um cavalo de batalha. Mas a discussão em São Bernardo, além desse conteúdo, trazia duas outras questões: 1º- As eleições sindicais; 2º- As eleições presidenciais. O essencial é que tanto uma quanto a outra serviram de manobras para colocar a Campanha Salarial num impasse. As propostas concretas de luta pelos interesses da classe trabalhadora passaram de longe, por outra porta. Em relação às eleições sindicais, se travou uma luta aparelhística surda, embolada com a questão da cesta básica. Quanto às eleições presidenciais, como não poderia deixar de ser, foram apontadas como principal via para a manifestação da classe operária.

Já na última Campanha Salarial, Vicentinho fez de tudo para quebrar a greve combativa e acabou conseguindo. Agora não mede esforços para passar ao largo da Campanha Salarial e canalizar toda a atenção para as urnas em 15 de novembro. Por seu turno, a responsabilidade da esquerda "socialista" eleitoreira não é menor. Com o argumento de mobilizar os trabalhadores para se expressar com o voto no governo democrático e popular do PT alimenta o freio da burocracia lulista em São Bernardo.

Ao invés de se denunciar e combater as manobras distracionistas concentradas na bandeira de governo com prometido com os trabalhadores e a firmar que a luta direta está acima de qualquer eleição, insuflam o balão da ilusão de uma saída da miséria pelo voto. Ontem eram as eleições para prefeito, vereadores e deputados comprometidos com as causas populares, hoje são as presidenciais, ano que vem novamente a de deputados e, assim, as lutas diretas de massas vão ficando sempre num plano secundário.

Já é hora dos metalúrgicos retornarem às assembleias de 150 mil, as passeatas combativas e a greve de massas, como nos idos de 78, 79, 80 contra o arrocho e a ditadura militar. Bastou que a democratização burguesa se instalasse para que a burocracia reacomodasse e arrastasse os sindicatos para a paralisia. O processo de retomada dos sindicatos pelas massas e sua transformação em meio de luta de classes têm sido sistematicamente rompido pela política democratizante da burocracia. O ABC é o espelho desse fenômeno.

Depois de grandes jornadas de luta, incitou-se à "greve pipoca", "a vaca brava" e outras coisas mais. No final, a vaca ficou mansa e a pipoca virou piruá. Tudo isso para "adaptar" o movimento operário às novas circunstâncias conjunturais. Isto é, com a saída dos militares para os bastidores, não se pode aprofundar a luta de massas porque senão ela transbordará a democracia burguesa. A polarização de classes, através dos métodos operários de luta, é incompatível com os projetos eleitorais da burocracia sindical, que hoje dirige o PT e desgraçadamente a CUT. O objetivo final da burocracia centrada de encontrar um lugar ao sol no processo democratizante, nos postos sindicais e no parlamento, em grande parte, foi conseguido. Daqui para a frente, todo problema se resume em como preservar esse carreirismo feito às custas das grandes lutas do ABC e, também, da quebra de inúmeros movimentos.

O impasse presente no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tem como pa-

no de fundo essa orientação e esse processo de consolidação das direções burocráticas lulistas. Somente a formação de uma fração revolucionária no seio dos metalúrgicos poderá servir de canal para os operários superarem as travas da burocracia. Imediatamente, é necessário se defender a organização da greve metalúrgica nesta campanha e denunciar o aparelhismo de Vicentinho e Convergência Socialista. Mas esse passo deve ser colocado desde já no sentido de organizar a fração classista, que elabore um programa de intervenção no sindicato metalúrgico e centre toda sua atenção no trabalho fabril de agitação, propaganda e formação de Comissões de fábrica. Um das primeiras condições para se elaborar o programa é dar conta dos seguintes pontos: 1- Fazer um balanço crítico da política lulista entre os metalúrgicos; 2- Caracterizar precisamente o papel do lulismo no movimento operário; 3- Estruturar as bases da luta classista pela independência e democracia sindical e pela liquidação da burocracia.

## Eleições de delegados sindicais

### Construir as comissões de fábrica

A Constituinte aprovou a eleição de delegados sindicais. Mas por que delegado sindical ao invés de comissão de fábrica? Porque o delegado sindical preenche pelo menos dois requisitos:

- 1- Negociar em nome dos trabalhadores de cada fábrica diretamente com o patrão;
- 2- Ser alguém de confiança das diretorias dos sindicatos que, na sua maioria, são pelegas e, portanto, podem através do delegado controlar e amortecer a luta dentro das fábricas, como acontece na maioria das vezes.

Por isso só devemos aproveitar a eleição do delegado sindical, colocando companheiros que trabalhem na constituição de verdadeiras comissões de fábrica, classistas e independentes dos patrões e de qualquer diretoria, pois o único ponto de união entre a diretoria do sindicato e a comissão de fábrica se dará na própria luta de classes, quando houver coincidência estarão juntos.

- Abaixo os estatutos pelegos e burocráticos que estão sendo elaborados para regulamentar as eleições dos delegados sindicais e seu trabalho dentro da fábrica;
- Que o contato com as diretorias dos sindicatos seja feito com a presença dos diretores na porta da fábrica;
- Que se estabeleça o plenário das comissões de fábrica, assembleias por fábricas, assembleias gerais, além das reuniões dos comandos de base com a participação de todas as comissões de fábrica, inclusive intercategorias;
- Por comissões de fábrica independentes do patrão e do sindicato;
- Por CIPAS combativas;
- Por um sindicato com um programa operário e revolucionário rumo à libertação da classe do jugo e da exploração capitalista.

# Buraco do Gazuza

## Em defesa da ação direta

O jornal Massas publica a entrevista com um dos dirigentes da ocupação do Buraco do Gazuza e membro da comissão, Mineirinho. Depois de passar dois meses de verdadeira guerra para manter em pé a ocupação, os trabalhadores saíram vitoriosos, embora tivessem de fazer concessão de uma parte do terreno para a Prefeitura. Como a ocupação envolveu o PT e a candidatura de Lula, o Massas dirige suas perguntas nesse sentido, principalmente porque evidenciou a incompatibilidade da política eleitoral com a da ação direta das massas.

**MASSAS:** Como você vê a política do PT chamando o voto e a situação real da classe trabalhadora?

**MINEIRINHO:** Através do voto não se resolve nada, após o prefeito ter jogado a polícia lá, a impressão é de que se o Lula ganhar as eleições também vai jogar a polícia contra os trabalhadores. Fica claro que se a situação piorar e tivermos que fazer greve, o Lula vai agir da mesma forma. Posso até votar no partido, mas não confiando que algo vá mudar. Temos de reunir os trabalhadores para lutar contra essa situação. Os trabalhadores ainda caem na conversa de quem está lá em cima. Tanto faz o Lula ou outro ganhar, vamos ter que lutar a mesma coisa.

**MASSAS:** Você ficou sabendo de outras ocupações?

**MINEIRINHO:** Fiquei sabendo da de São Paulo onde a prefeitura do PT mandou os tratores derrubar os barracos. Alguns companheiros visitaram a área para levar nosso apoio aos companheiros de lá.

**MASSAS:** Você acha que é o Zé Augusto e a Erundina, ou tem algum problema no próprio partido?

**MINEIRINHO:** Eu acho que o PT está dividido, a Estadual não devia expulsar os companheiros, mas ter dado apoio a nossa luta. O PT é um partido no qual os trabalhadores já não podem confiar, a saída é criar outro partido. Eu nunca pensei em morar em favela, mas fui obrigado a morar agora não porque goste, mas porque não tenho outra saída. É o caso do Gazuza, Lula sabe que tem muita gente que dá apoio a ele, porque é que ele não foi até a área quando fomos em sua casa. Ao contrário, ele foi dar apoio ao Zé Augusto. Eu pensava que o PT tinha que ganhar as eleições para mudar nossa situação, mas depois que os companheiros que apoiavam a luta foram presos e expulsos do partido, nem dá para confiar mais.

**MASSAS:** Você falou que não é pelo voto que se resolve, como é que se resolve?

**MINEIRINHO:** Tem que unir os trabalhadores para organizar, para enfrentar a luta. Apesar do Lula ter dito que apóia, eu não confio muito nisso, ele deveria ter se posicionado contra a expulsão, intervindo junto à Estadual contra a expulsão e não ter ido conversar com o Zé Augusto. A classe trabalhadora precisa se unir. Foi bom ter ido à casa do Lula e esperado, só que ele deveria ter vindo até o Gazuza e, mesmo que ele fosse preso, ficaria claro que era pela luta da classe trabalhadora.

**MASSAS:** Então se não é pelo voto que se resolve essa situação, a saída seria então a organização dos trabalhadores e a ação direta das massas?

**MINEIRINHO:** Antes da polícia ir até a área, minha idéia era de que o PT ia mudar de posição. Hoje penso que a saída é a classe trabalhadora se unir e lutar. O Bisol é patrão, o Lula ter se unido a ele foi errado.

**MASSAS:** Como foi vista a repressão policial no movimento?

**MINEIRINHO:** Não queriam que nós construíssemos na área, tentou-se fazer um cadastro de apenas 120 famílias. A isso respondemos que não aceitávamos se fosse apenas 120 famílias, o que tumultuou a reunião e impediu que a mesma continuasse. O pessoal que teve seus barracos quebrados está tentando recuperar o material na prefeitura.

**MASSAS:** Quantas famílias há na área atualmente?

**MINEIRINHO:** 600 famílias, embora muitas tenham desistido após a repressão policial. A proposta da prefeitura para pagar os predinhos é igual a pagar aluguel.

**MASSAS:** Como estão se organizando agora?

**MINEIRINHO:** A comissão organiza os moradores para fazer as coisas organizadas. Estamos reivindicando água, luz e esgoto. A prefeitura tem enviado alguns caminhões de água, mas é muito ruim, pois quando vem água para um lado não vem para o outro. Também estamos reivindicando máquinas para fazer as vielas, manilhas para encanamento de esgoto, etc. Estamos organizando uma passeata até a Sabesp, Eletropaulo e prefeitura para obtermos mais benefícios.



## Têxteis SP:

# Derrotar os pelegos e avançar na luta

É PRECISO DERROTAR A BUROCRACIA SINDICAL DOS TÊXTEIS E AVANÇAR O MOVIMENTO OPERÁRIO

O Sindicato dos têxteis representa um setor extremamente importante, onde a concentração dos trabalhadores é alta, o processo dos assalariados está submetido ao grande capital (Nacional e Internacional).

Os têxteis têm sofrido um grande arrocho tal qual os demais trabalhadores do país. Além de um piso extremamente baixo (R\$ 612,00, em Outubro), que é o que a grande maioria dos têxteis recebe, a exploração é bastante intensa devido a sazonalidade. Em certas épocas de pico da produção, há um aumento violento do ritmo de trabalho. Passando este período, acontecem as demissões massivas.

Tendo todas estas condições propícias à organização dos trabalhadores, a diretoria do sindicato não tem encabeçado nenhuma luta geral do setor. Mas, sob pressão da crise e do exemplo das inúmeras greves dos demais operários, a diretoria tem canalizado as lutas para o isolamento, lidando ao pretérito, isso quando já não consegue evitá-las.

Trata-se de uma política deliberada, consciente, de não organizar o movimento geral dos têxteis, nem da classe operária como um todo, e não permitir que as fábricas mais avançadas arrastem as mais atrasadas à luta. A prova disso é que estamos em plena campanha salarial e a classe carece de qualquer perspectiva de mobilização unitária.

Por todas estas razões, com uma direção distante da classe, os têxteis não têm visto a diretoria do sindicato como sua direção.

O distanciamento do sindicato da classe e o não envolvimento no movimento, que implica na organização de grupos de fábricas, funcionam como trava para impedir os têxteis de saírem à luta e superarem a sua dispersão. Com isso, a diretoria burocrática procura manter-se encastelada no aparelho sindical.

Recentemente, um setor dos pelegos tem procurado refazer sua imagem, colocando uma máscara de sindicalistas combativos e aproximando-se da CUT. Este setor, liderado por Zé Roberto, percebeu o quanto a paralisação do sindicato se contrapõe ao avanço das lutas dos trabalhadores. Desta forma, procura se colocar à cabeça dos descontentamentos ocorridos em inúmeras fábricas. Os classistas não podem se iludir com a divisão interburocrática, pois basta uma situação de luta para logo se unirem contra os trabalhadores.

### CONSTRUIR A OPosição CLASSISTA

Na verdade, esta é a que está posto de combativa, para preparar o terreno frente a uma possível crise na direção do sindicato, considera a possibilidade da oposição vir a crescer e se tornar uma verdadeira direção classista e antiburocrática. Para que ocorra esta possibilidade está aberta para oposição as seguintes tarefas:

- A denúncia da ação patronal realizada pela burocracia;
- O desmascaramento desta trilha aparentemente progressista;
- O desenvolvimento de uma campanha salarial massiva que unifique todos os trabalhadores têxteis.

Neste sentido, a principal tarefa estratégica é conseguir enraizar a oposição nas fábricas. Para isto, é necessário a oposição avançar num programa de classe que leve à libertação do sindicato das mãos da burocracia pelega e da influência indireta da patronal. A oposição deve se

construir na luta pela independência, pela democracia operária, pela formação de um sindicato de massas, pela organização fabril e pela utilização da greve como instrumento fundamental da classe.

A militância revolucionária deve lutar com unhas e dentes para tirar a burocracia parasita da direção do sindicato, pois esta é mais um dos pilares da manutenção do capitalismo no país. Ela funciona como agente patronal de freio às lutas operárias e de implementação da política de conciliação de classes. Mas não basta apenas derrubar a burocracia. É necessário que surja uma oposição temperada na luta, baseada num programa, que tenha como objetivo a emancipação da classe operária e a destruição da sociedade de classes. Por uma campanha salarial **grevista!**

Pela formação das comissões de fábrica!

Por um sindicato de massas!

Por uma oposição classista!

## Departamento Vestuário

### A oposição têxtil defende: Campanha de Luta e Ruptura com o eleitoralismo

Realizou-se nos dias 16 e 17 de setembro o I Congresso do Departamento Nacional do Vestuário da CUT, com a participação de inúmeros sindicatos e oposições, representando todo o ramo do vestuário (trabalhadores têxteis, coureiros, alfaiates e costureiras, sapateiros, etc.).

Os baixos salários, as dificuldades de acesso às informações, as péssimas condições de trabalho e a predominância dos pelegos levam os trabalhadores do setor a um grau muito pequeno de politização e participação em seus sindicatos.

A importância deste I Congresso do Departamento está em aglutinar setores que sempre estiveram isolados nas lutas e em impulsionar as oposições a eliminar o peleguismo que se mantém encastelado. Entretanto, esta importância permaneceu limitada devido à formalidade, pois a tese da direção do Departamento, exposta pelo Sr. Paulo Scromov, passou longe da proposta de mobilização unitária e priorizou as eleições presidenciais.

Além disso, no plano de lutas, Scromov embarcou na bandeira pelega da cesta básica, que funciona para desviar a luta por melhores salários, criando a ilusão de assegurar o essencial frente a hiperinflação.

Contraopondo-se a tese da direção, a oposição têxtil de São Paulo apresentou a tese, onde se defendia:

- A crítica à tendência eleitoralista, que está levando ao marasmo o movimento operário e apontando a unificação do movimento operário através de uma Campanha Nacional de lutas e colocando a bandeira da escala móvel de salários para atacar a questão da alta do custo de vida.

A rejeição dessa linha demonstra que a CUT também sofre um processo de burocratização interna, onde as correntes dominantes estão impregnadas de eleitoralismo e de tendência à passividade. Isto implica que se lute pela construção de uma fração operária no interior da CUT e do Departamento.

# Congresso Judiciário : predomina o aparelhismo

Três pontos centrais dominaram o I Congresso do Judiciário:

- 1º- A unificação do Sindicato do Judiciário com Santos;
- 2º- As campanhas de luta;
- 3º- As eleições presidenciais.

Embora esse congresso tivesse uma importância especial para organizar o jovem sindicato e desenvolver a luta contra a opressão estatal, o aparelhismo da Convergência Socialista e a sua linha democratizante impediram que cumprisse tal função.

O processo de unificação revelou uma concepção oportunista e burocrática de sindicato. Enquanto as bases santistas exigiam o sindicato único, uma ala da direção de Santos condicionava a fusão a dois pontos: 1-Que 80% das finanças permanesse para a direção regional; 2-Total autonomia regional.

A Convergência e o Trabalho, antes do Congresso, já haviam concordado com tais exigências. Tanto é que formalizaram a proposta de 80% em suas teses. Tudo estava antecipadamente acordado com a ala burocrática de Santos. Dito e feito, o congresso aprovou as condições de Santos, contra a vontade do setor classista.

E qual era nossa formulação? A construção de um sindicato único é uma tarefa classista de fortalecimento dos explorados, contra a pulverização corporativista. E a essência

em questão era a defesa de um sindicato calcado na democracia sindical, no classismo e no caráter de massa, bem como na organização de base (comissão de prédio). Entretanto, esses pontos não serviram de motivo para a unificação.

Desgraçadamente, quando se tratou da autonomia regional, não foi do ponto de vista da democracia operária, isto é, da eleição da direção regional e revogabilidade de mandato por aqueles que a elegeram. Somos intransigentemente contra fazer das direções de base das regionais apêndices burocráticos da direção central. O princípio de que os trabalhadores devem controlar todos os níveis de suas direções é um ponto capital da independência de classe e do antiburocratismo. Mas isso não esteve em pauta.

Quanto às finanças, não mais correto do que atribuir a uma assembleia geral a decisão do montante. A utilização do controle do dinheiro por essa regional simplesmente revelou todo conteúdo aparelhista de seus proponentes. Demonstrou que se tratava de apego à máquina sindical. E, justamente, com a "autonomia" se propunha na verdade manter duas direções.

No final do Congresso ocorreu a maior surpresa; diante de uma declaração de voto de um militante da

T. POR, criticando a imposição burocrática, a delegação de Santos se retirou. Isso, depois de ter obtido da CS e do Trabalho todas as condições exigidas. Esse Congresso fez vir à tona o fundo do problema. A direção de Santos estava contra a unificação de qualquer forma.

Somente havia concorrido ao Congresso devido às pressões das bases de seu sindicato que, em plebiscito, votaram pela fusão. O ultimatum dos 80% e da autonomia foi lançado como um obstáculo. Como a CS e OT não mediram esforços para conciliar com a ala burocrática santista, deixaram-na em maus lençóis. Faltava apenas uma razão para que tudo explodisse.

A conclusão que se deve tirar é que uma unificação é uma tarefa política, que, quando não se trata de direções classistas, só a luta programática e principista pode levar a bom termo. Continua em pé o objetivo de unidade do judiciário, trata-se de defendê-la na base. Quanto às duas outras partes, Campanha e eleição, o resultado não foi melhor, pois as posições hegemônicas não veem a sua frente, nada mais senão 15 de novembro.

- Por um sindicato único, de massa e de combate!
- Por uma direção sindical antiaparelhista e de luta!

## Metalúrgicos SP: Um acordo oportunista

A derrubada da burocracia reacionária do Sindicato Metalúrgico, representada por Medeiros, é de suma importância para a independência do sindicato e desenvolvimento da luta operária, que ultrapassa as fronteiras de São Paulo. Há muito a oposição cutista, principalmente o MOMSP, vem tentando romper a dinastia pelega, cuja herança Joaquim passou para Medeiros. Além das debilidades da oposição, que não foi capaz de elaborar um programa classista e de estender suas raízes para as fábricas, um dos obstáculos fundamentais para golpear os burocratas tem sido a política do PCdoB e PC. Os estalinistas, com a concepção de que se deve impulsionar para a esquerda uma das frações pelega, sempre se aliaram com os donos do apatelho. A prova disso é que participaram ativamente na gestão de Joaquim. E quem era o vice-presidente do sindicato? Justamente o Sr. Medeiros. E como os estalinistas ingressaram na chapa da burocracia Joaquim / Medeiros? Precisamente dividindo o movimento de oposição, quando este tinha as melhores condições para chegar à vitória. Essa traição trouxe duras consequências para a oposição e ajudou a ascensão da ala Medeiros.

Agora, perante a nova eleição, a Corrente Sindical Classista do PCdoB se desloca e chama a unidade da oposição. E porquê? Há muitas razões, mas apontaremos as seguintes: 1) fracassou toda a política estalinista de construir a CGT contra a CUT. A fração de Joaquim perdeu terreno para Magri / Medeiros. Enquanto a CGT não conse-

quiou impor sua política pró-patronal para o conjunto do movimento operário, a CUT expandiu enormemente sua influência, tornando-se o eixo nacional para as massas. Se o sindicato metalúrgico de SP passar para a CUT, então a CGT desaparece de vez do cenário. Os estalinistas sabem disso e necessitam migrar para a CUT, antes que fiquem a ver navios; 2) Esgotou-se, por enquanto, a orientação do PCdoB de apoiar o PMDB e se arrastar por detrás desses partidos democratizantes. Os fatos dizem por si só. Os partidos patronais entraram numa brutal crise. Os estalinistas logo tiveram de pular do navio, como fazem os ratos do porão. Desgraçadamente, os contra-revolucionários acharam uma porta, a da Frente Brasil Popular. A candidatura Lula caiu do céu. O PCdoB pedia a Deus por uma Frente eleitoreira com o PT. Assim, poderia mudar de parceiros, sem mudar sua política de estrangulamento da independência de classe. Pois bem, lá se vão a CUT pela Base, Convergência e a DS elogiarem o fato da candidatura Lula ter permitido a união dos opostos, já que antes o PCdoB estava com Quercia e os demais com Lula. Essa foi a essência das conclusões a que chegou o debate sobre a chapa de oposição unitária realizada na CUT, no dia 26 de outubro. Mais uma vez a questão da unidade e da tarefa de liquidação da burocracia são tratadas com um oportunismo assombroso. Nesse terreno, não é de assustar a resposta de Neto, vice-presidente da CUT, de que o programa não tem importância, pois o PMDB e o PCdoB têm um

bom programa, mas não cumprem. Tal colocação sintetiza toda miséria da oposição.

Os estalinistas não estão sendo arrastados por detrás de uma direção principista que impõe as condições, a hegemonia e o programa classista. Principalmente com a experiência vencida nos metalúrgicos, esta questão é de suma importância. Mas a verdade é que a oposição cutista está sendo atraída para a política do frente populismo, que criou um quadro comum com os outroras adversários estalinistas. Assim, já não é necessário discutir a linha programática de tal unidade. Sob a base de uma aliança epúria, é verdade que o programa seria uma formalidade, como deixou transparecer Neto. Ao contrário, se a oposição cutista estivesse por um programa revolucionário para o sindicato e impusesse a unidade programática aos estalinistas, estes com certeza não iriam cumprí-la, mas os classistas sim, e isso seria um seguro de que os trabalhadores não seriam enganados por tal unidade, o que inevitavelmente ocorreria era o desmascaramento dos burocratas. Por todas essas razões, não se pode deixar de caracterizar tal unidade como oportunista, que custará muito caro à oposição, que sofrerá uma maior descaracterização ainda e poderá, num futuro próximo, cair numa profunda crise, maior do que a atual. Os classistas que estão na oposição cutista devem lutar contra tal desvio, defendendo um programa e não omitindo a crítica.

# Securitários

## As tarefas da Oposição

A categoria securitária atravessa hoje um período temporário de refluxo das suas lutas. Isso acontece não por indisposição da categoria, pois a sua realidade objetiva demonstra o seu empobrecimento gradativo, que a coloca em constante tendência de luta: os sucessivos arrochos salariais, só nesse ano, impôs perdas de 126%; o seu piso salarial é um dos menores do país.

Os motivos que determinam essa situação são basicamente dois:

1- São Paulo, por ter a maior concentração da categoria (30.000) e ser um Estado estratégico para a luta, é também o que tem uma burocracia reacionária enquistada no sindicato há quase 30 anos, constituindo-se num freio à luta dos trabalhadores, inclusive a nível nacional.

Nas últimas Campanhas Salariais e de Reposição conseguiu impor uma derrota à classe, impedindo a unificação da categoria na greve geral, tornando os movimentos nas grandes empresas, como Cosesp, Sul América, Unibanco, Paulista, Motor Union, isolados.

2- O estágio de reconstrução da Oposição Classista para se colocar como direção alternativa à pelegada. A responsabilidade por essa debilidade é da ala da oposição mantida por Causa Operária. Em primeiro lugar por ter, após as eleições 87, em grande parte se afastado da oposição e da base mais de um ano, perdendo um importante espaço conquistado contra a burocracia. Em segundo lugar, quando voltou a intervir na oposição, que tentava se reestruturar, torpedeou-a com uma luta fracionada até rachá-la em duas alas, buscando finalmente a unidade com setores do peleguismo, que come-

çava a sofrer uma cisão interburocrática.

O resultado dessa política liquidacionista de uma direção que se desenvolvia, além de enfraquecer a oposição classista, permitiu também a burocracia, que se rachou durante as lutas, a reunir-se posteriormente com o objetivo ultra-reacionário de fechar o sindicato definitivamente para a classe, na tentativa de impedir a participação dos assalariados nas campanhas salariais de 90 e eleitoral de março.

Para romper com esse bloqueio criado por essas direções é necessário a oposição classista impulsionar os trabalhos em defesa de suas reivindicações na Campanha Salarial.

Denunciar as manobras da pelegada, que hoje formou um comando nacional ultra-burocrático para enterrar a Campanha, combater a variante oportunista da oposição e impulsionar a base para se chocar com a burocracia.

Assim está colocada a reconstrução da oposição classista e a formação de uma direção com enraizamento nas securitários. Isso se dará a partir da formação de grupos dentro das empresas e, sob a base de um programa classista de organização da categoria. Um programa que impulsiona as lutas e contenha os princípios da independência de classe e da democracia operária. E, sob essa base, também, é que terá sentido participar do processo eleitoral em Março/90.

- Toda força à Campanha Salarial!
- Organizar a greve desde já!
- Reestruturar a oposição!
- Construir o programa classista e antiburocrático!

## RJ-Burocracia reacionária reconquista sindicato

Dias 10 e 11 de outubro realizou-se a eleição para a diretoria do Sindicato dos Securitários do R. de Janeiro. Ao pleito concorreram 03 chapas: A chapa 1 da situação, composta pelo PCB foi a que obteve menor votação. A chapa 3 de oposição, que se reivindicava da CUT e da Corrente Sindical Classista, ficou em segundo lugar. Já a chapa 2, composta pela pelegada que, depois de 25 anos dentro do sindicato havia perdido as eleições de 86, foi a grande vitoriosa, sendo que a soma dos votos das chapas 1 e 3 sequer ameaçava o total de votos da chapa 2. O retorno do pelego ao sindicato de forma tão gloriosa tem uma explicação: A chapa 3, embora sendo oposição à chapa 1, continha nada mais nada menos do que 8 diretores do sindicato. Vencedores na eleição de 86, quando com um chapão (PCB, PC do B, PT, etc.), conseguiram derrubar os pelegos. Mas, logo após a posse, começaram a surgir os problemas. A diretoria eleita naquela ocasião não se apoiava num programa classista. O programa oportunista foi a única forma possível para acomodar posições tão díspares numa mesma chapa. Desta forma, ao contrário de posições claras, apoiavam-se numa "suposta unidade contra o pelego", toda ela calcada em abstrações.

Não tardou muito e logo o PCB, que detinha cargos importantes na diretoria, começou a implantar sua política de paralisia e colaboração de classe no sindicato. Diante disso, alguns ativistas que divergiam dessa política começaram a se opor à mesma. O resultado foi que 8 diretores resolveram afastar-se do sindicato, deixando o terreno limpo para o PCB. Além de tudo, durante o transcorrer desse processo, os pelegos (chapa 2) mantiveram-se em contato com a categoria através das chefias, RHs, etc., preparando o retorno. E não há melhor instrumento para os burocratas que o PCB.

O que constatamos é que a ausência de princí-

pios classistas, claramente expressa no programa da chapa em 86, abriu caminho para todo tipo de manobras aparelhistas e carreiristas por parte dos grupos que compunham a diretoria, impedindo que os companheiros que divergiam da política de paralisia e colaboração de classe do PCB (venderam a Camp. Salarial 89 aos patrões), se contrapusessem de forma clara, diferenciando-se perante os trabalhadores. Ao contrário, os companheiros, embora divergindo, não tinham a mínima condição para se oporem conseqüentemente, o que os levou, pela negativa, a adaptarem-se a tal política à medida que não foram capazes de estruturar uma alternativa de classe.

A experiência dos securitários do R.J. nos deixa algumas lições: - Num quadro de profunda crise do regime capitalista como o que vivemos hoje, onde a luta de classes a cada dia que passa vai ficando mais violenta, não é possível supor que se possa construir um sindicato de luta sem se apoiar em princípios que defendam claramente a independência da classe trabalhadora em relação à burocracia e seu Estado.

Como também não é possível imaginar que, diante de tamanha crise, onde o que a burguesia cede com uma mão retira o dobro com a outra, seja possível lutar apenas por melhores condições de vida e salários. Tanto a experiência dos securitários do R.J., quanto tantas outras, deixa claro que só há um meio de se construir e recuperar os sindicatos enquanto organizações que representem de fato os interesses da classe. Trata-se da defesa de um programa que coloque claramente que a solução da miséria e opressão da classe trabalhadora não se dá jamais nos marcos do capitalismo putrefato. Por essa razão, os sindicatos devem servir de instrumento para a luta revolucionária do proletariado.

# Causa Operária – Mais um grupo centrista contra o POR boliviano

Em poucas linhas, o Jornal Causa Operária (n.º 91) informa que, em seu Congresso, um dos pontos que mereceu destaque foi "uma rigorosa caracterização" sobre a conduta e a política do Partido Obrero Boliviano. A razão desse cuidado especial é que ao POR é imputada toda responsabilidade de pelo fracasso da Tendência Quarta Internacional (TQI). Apesar de tão grave denúncia, não encontramos as explicações pelas quais o POR se negou "levar adiante um trabalho internacional que levou à desintegração da TQI como marco orgânico internacional, sobrevivendo apenas as relações entre parte das organizações que a compunham".

A única idéia que lemos é que o Causa Operária considera que "este partido enveredou por um caminho de auto-glorificação e de messianismo nacional que caracteriza o abandono dos fundamentos do programa revolucionário". E acusa que, nesta última etapa, "a involução política do partido boliviano o levou a agrupar uma caricatura de tendência internacional com grupinhos decompostos e descontentes sem bases políticas conhecidas, e um trabalho que se apóia exclusivamente no fracionalismo contra PO e as demais organizações que estiveram na TQI".

É bem possível que os leitores de CO não entendam nada de tais colocações, simplesmente porque elas estão voltadas mais para ludibriar seu público interno, isto é, esconder a profundidade da cisão entre POR e PO. Assim, tudo nos leva a crer que a direção de CO não expôs francamente para o conjunto da sua organização as raízes políticas da expulsão de muitos militantes de PO, que acabaram por formar o Comitê construtor do POR argentino. Certamente é mais cômodo se falar que se trata de "grupinhos decompostos" do que da crise que se abriu em PO devido sua política eleitoral e mudança estrutural no Partido. Por que a direção de Causa Operária não publica os documentos que levaram à cisão? Assim seus militantes poderiam fazer um julgamento independente. Mais grave ainda: a direção sonega a discussão sobre a divergência estratégica levantada pela T. POR. Neste aspecto, também, é de graça se falar de "descontentes sem bases políticas". Mas, depois desse atrevimento contra o POR boliviano, não se pode esperar um traço sequer de seriedade de CO.

A provocação de que o partido boliviano "enveredou por um caminho de auto-glorificação e de messianismo nacional" diz respeito à colocação, logo nos primórdios da TQI, feita pelo POR, de que caberia à TQI se apoiar e assimilar as experiências bolivianas, bem como servir de instrumento para divulgar as conquistas do POR. Tal colocação visava centrar a TQI num terreno seguro, pois o POR havia conseguido assentar as suas bases programáticas através de uma dura batalha contra todas as tendências centristas e estalinistas inimigas da ditadura e revolução proletárias. E não se pode esquecer que a TQI surgiu como resultado da liquidação definitiva do CORQUI (Comitê de Reorganização da IV Internacional).

E qual a causa central? Precisamente, o abandono da estratégia e táticas revolucionárias. Hoje, a OCI Francesa se revelou um apêndice da social democracia. A sua filial brasileira, o jornal "O Trabalho", é a expressão dessa decomposição. E o PO, por acaso possuía um programa testado e uma organização consolidada? Evidentemente que não! E ainda por cima controlava as jovens organizações, como a própria Causa Operária. Então, como construir um quadro internacional com organizações sem tradição, enraizamento e programa senão defen-

dendo que essas tivessem o POR como referência? Esse é o fundo da questão que nunca foi elucidada por PO. E mesmo que o POR não tenha dado muita importância para esse esclarecimento, em nada muda a essência da colocação política.

O resultado foi que em 1982, por ocasião da legalização de PO, para participar nas eleições, o POR o criticou por se submeter às exigências do Estado burguês, por modificar seu jornal e a vida partidária. O curso dos acontecimentos acabou por comprovar a crítica porista. O PO se embrenhou no eleitoralismo, levantou a estratégia do Governo dos Trabalhadores, tão a gosto dos morenistas, recuou em posições conquistadas em importantes sindicatos e, finalmente, se lançou à empreitada de ingressar a todo custo na frente eleitoral de MAS e PC. Como vemos, não se trata de "autoproclamação" e "messianismo nacional", mas sim de responsabilidade internacionalista do POR.

Agora, quem é Causa Operária para atacar o POR e ainda falar de princípios? Essa organização há pouco tempo assinou o manifesto da Frente Brasil Popular ("Um Compromisso de Classe") e depois chamou a ruptura do PT com tal frente. Isso sem nenhuma auto-crítica ou reparação. Não se trata de um simples delírio. Em 1988, CO apoiou as teses para o CONCURTO, escritas pelo Coletivo Gregório Bezerra, onde estavam expressas com toda clareza posições estalinistas, como a defesa da paz mundial, típica da burla da coexistência pacífica. Em um debate sobre internacionalismo, diante das críticas da CS, onde PO estava presente, Rui C. Pimenta fez um melancólico reconhecimento formal do erro. Mas, logo em seguida, reafirmou a assinatura do documento por intermédio de uma entrevista de Ricardo Melani, publicada em sua própria imprensa. Em nenhum momento, na verdade, se reconheceu o significado desse desvio.

Os problemas não param por aí. A II Conferência Nacional apontava para uma ruptura com o PT. Já na III Conferência, a Resolução, que era uma cópia da anterior, apenas suprimiu a passagem significativa da caracterização do PT. Passa-se uma borracha como se fosse um erro escolar. Mais recentemente, o Causa Operária tem feito um verdadeiro festival de formulações com a consigna de Governo dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. Tanto aplica-lhe o conteúdo da ditadura proletária, quanto de um governo possível de ser eleito. Ora é um governo operário e camponês, conquistado pela insurreição, ora é um governo de oposição ao Estado burguês, gerado pelo voto. Se é para fazer proselitismo de esquerda, então, é ditadura proletária, se é para intervir na campanha de Lula, então é governo possível de ser eleito.

Esta arbitrariedade de conteúdo é própria dos centristas. Conforme a situação, aplica este ou aquele sentido à fórmula de Governo dos Trabalhadores. O resultado é trágico, basta ver como o Causa Operária se arrasta atrás da candidatura de Lula. Os seus comitês pró-Lula são a prova do mais puro oportunismo. Trata-se de uma adaptação às pressões democratizantes, que tanto os marxistas conhecem e rebatem. Este sim é o Causa Operária, capaz de denegrir o POR boliviano (mas não irá conseguir). Aproveita-se, inclusive, da pouca formação política e do desconhecimento de seus militantes para encenar esse odioso espetáculo, digno de pequeno-burgueses empedernidos.

FORA A IMPOSTURA DE CAUSA OPERÁRIA!

VIVA O POR BOLIVIANO, VANGUARDA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA!

# COMITÊ DE ENLACE

## Realizada reunião preparatória

Nos dias 7 e 8 de outubro, realizou-se um encontro do Comitê de Enlace para se preparar uma posterior reunião a ser feita brevemente. Estiveram presentes a Corrente pela Construção do POR (Argentina), o Socialismo Revolucionário (Uruguai) e a Tendência pela Construção do POR (Brasil), que participou pela primeira vez na condição de convidado. Integra ainda o Comitê de Enlace o POR boliviano, dirigido por Guillermo Lora. A ausência do POR (Bolívia) foi plenamente justificada. Depois de se fazer um informe das principais posições políticas da T. POR, o CE considerou que esta define com clareza a estratégia e a tática da Revolução e Ditadura Proletárias, a revolução violenta, a construção do Partido Revolucionário no País, sob bases bolcheviques, e a reconstrução da IV Internacional.

Ainda se ressaltou a colocação, no primeiro número de Massas, que "de todo o processo de crise surgido no intento de construção da IV Internacional (degenerescência pablista), depois da morte de Trotsky, a maior conquista foi a estruturação do POR da Bolívia. Esse partido trotsquista alcançou uma grande vitória ao conseguir estruturar um programa cujos princípios fundamentais, leis e consignas são a atualização do Programa de Transição. Essa é a principal explicação da T. POR escolher o nome Massas para seu jornal, refere-se ao reconhecimento da importância estratégica do POR para a revolução mundial e a reconstrução da IV Internacional".

No transcorrer da reunião, discutiu-se a situação política de cada país, o surgimento das organizações, o problema do fracasso da Tendência Quarta Internacional (TQI), a situação geral da América Latina e a próxima reunião. Dos informes políticos, depreendeu-se o traço comum do aprofundamento da crise capitalista, do seu caráter e da crescente polarização da luta de classes e da necessidade estratégica de construir o Partido Ope-

rário Revolucionário Internacionalista. Quanto ao surgimento das organizações, verificou-se a raiz comum no processo de adaptação do Partido Obrero (PO) ao democratismo, que acabou por influenciar e reforçar as tendências centristas de seus satélites (Causa Operária) /Brasil e PT/ Uruguai).

Embora o processo de cisão e até de dispersão tenha tido um início mais ou menos confuso, com o seu desenvolvimento, se evidenciou uma divergência estratégica de construção de partido. O fato é que PO se desviou da estratégia da ditadura proletária e da estruturação bolchevique do partido, a ponto de dissolver as células e substituí-las por círculos de ativistas, típicos de correntes eleitoreiras.

Um dos pontos que mereceu uma série de considerações foi a falência da TQI, que surgiu na década de 80 para iniciar um trabalho internacional, tendo à frente PO e o POR boliviano. Com a ausência do POR, a questão não pôde ser elucidada plenamente. Contudo, a reunião chegou a uma resolução (leia box) a ser debatida na próxima reunião. Publicamos ainda neste jornal a resolução de síntese da discussão sobre a crise da América Latina.

A conclusão que a T. POR tira desse encontro é que a estrutura embrionária do CE é vital para auxiliar, nessa primeira etapa, a construção de autênticos partidos trotsquistas e erguer um marco programático, tendo como guia as posições programáticas do POR boliviano, e a defesa da reconstrução da IV Internacional (Programa de Transição). À exceção do POR, as demais correntes são ainda embriões da construção do partido, que como tal deverão lutar por elaborar a linha programática no fogo da luta de classes.

Se a fraqueza congênita do CE está no estágio pouco desenvolvido da T. POR, SR e Comitê de Construção do POR argentino, a sua fortaleza se encontra no programa do POR, verdadeira obra do prole-

## O que é o Comitê de Enlace

O Comitê de Enlace é uma organização internacional recém-formada pelo POR boliviano, Corrente pelo POR argentino e Socialismo Revolucionário do Uruguai. A T. POR está discutindo seu ingresso. O CE nasceu em junho de 1988, por ocasião da 1ª Conferência do Comitê Construtor do POR argentino. No Jornal Massas da Argentina se diz: "Em nossa Conferência Nacional, nos honrou a presença de delegados do Partido Obrero Revolucionário da Bolívia e da jovem organização Socialismo Revolucionário do Uruguai. Com eles, constituímos o Comitê de Enlace Internacional, do qual esperamos saber erigi-lo em valiosíssimo âmbito de debate e clarificação política, em centro de reagrupamento dos revolucionários do mundo" (nº 10, junho 88).

Em sua viagem à Argentina, Guillermo Lora ressaltou "a necessidade que a IV Internacional organize poderosas seções nacionais, para cujo fim resulta imprescindível a elaboração do programa da revolução proletária em cada país" (Jornal Massas agosto). Segundo a palavra de Lora: "resulta comum observar como se confunde o programa revolucionário com uma simples plataforma eleitoral". Certamente a crítica foi dirigida em cheio ao PO.

Ainda segundo Massas, "o revolucionário bolivi-

ano criticou duramente aqueles que abandonaram esse norte estratégico, que deixaram de lutar pela ditadura proletária e se acomodaram ao democratismo. Valerá a pena? - se perguntou - cair em semelhante politicagem por uma bolada de votos? Será válido abandonar um lugar na história por um banco no parlamento? A mim isso parece miserável".

Frente à gigantesca tarefa do internacionalismo, Lora se colocou "somos poucos, o que é um inconveniente, mas pior seria se claudicássemos, se por sermos poucos, caíssemos no exitismo ou no oportunismo e se nos propuséssemos ser governo de qualquer maneira, ainda que a custo de abandonar o programa revolucionário. Isso não seria um inconveniente, seria uma catástrofe".

Por essas colocações, os operários brasileiros poderão constatar que o Comitê de Enlace veio à luz num momento muito grave de crise de direção (somos poucos, o que é um inconveniente), traz no seu bojo a crítica aos pseudos-trotsquistas e levanta a defesa do programa da revolução e ditadura proletária, que, por mais custoso que seja de alcançar, é a única via para destruir o capitalismo, implantar o socialismo e a união internacional dos povos.

tariado internacional, e na assimilação pelas demais organizações da necessidade de se armar com um programa que tenha por centro a ditadura do proletariado e seus métodos revolucionários de luta. Se, de um lado, o CE poderá ajudar as organizações nascentes; de outro, só poderá avançar caso estas trabalhem pelo programa revolucionário, pela articulação do partido bolchevique e pela penetração no proletariado. Para a T. POR, está claro que ninguém poderá substituir ou resolver esta

tarefa em qualquer país que seja. Quer dizer que a relação das organizações irmãs deve se dar sobre a base da crítica programática e política e da assimilação das experiências e da conquista do centralismo democrático.

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!  
VIVA A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO EM  
TODO O MUNDO!  
VIVA O COMITÊ DE ENLACE!  
QUE MORRA A BURGUESIA INTERNACIONAL!

Apresentamos aos trabalhadores dois textos aprovados na reunião do Comitê de Enlace. Um diz respeito ao balanço do fracasso da TQI (leia a matéria) e outro à situação da América

Latina. Embora muitos trabalhadores não estejam familiarizados com os problemas internacionais (e nem poderiam estar devido às circunstâncias de crise de direção), a T. POR conside

ra de grande importância trabalhar constantemente os problemas do internacionalismo proletário.

## Resolução sobre a TQI

### SOBRE O BALANÇO DA TQI

Colocou-se em debate um Balanço sobre a TQI, aprovando-se o seguinte:

a) A reunião preparatória do Comitê de Enlace considera necessário esclarecer as raízes reais que levaram ao rompimento da TQI. Isso se coloca do ponto de vista da construção do CE e da defesa do Internacionalismo revolucionário, isto é, da reconstrução da IV Internacional;

b) A negação de PO em lutar pela Ditadura Proletária e sua debandada para posições nitidamente democratizantes lança luz, na atualidade, sobre a ruptura ocorrida entre essa organização e o POR boliviano, ainda no quadro da TQI;

c) A exigência do POR de que a TQI de

veria se apoiar na experiência boliviana e nas conquistas programáticas do trotsquismo encarnado pelo POR se mostra correta. Isso porque a estratégia da Ditadura e Revolução Proletárias é uma conquista consolidada e irremovível no Partido Revolucionário boliviano, solidamente implantado no proletariado e nas massas bolivianas, sem a qual não poderá haver organismo pela reconstrução da IV Internacional;

d) A negação de PO em se posicionar favorável à colocação do POR, impressa no seu XXVII Congresso, inviabilizou a construção da TQI e revelou a prática aparelhista incompatível com o desenvolvimento programático e prático daquele organismo internacional recém-nascido. A manipulação altamirista dos débeis grupos surgidos

com a crise do CORQUI se revelou um fato, tanto é que hoje não passam de marionetes, que reproduzem o abandono do Programa de Transição, se arrastam por detrás dos centristas democratizantes e se comportam como seitas. Os mesmos males de que padecem, os mandelistas, morenistas e lambertistas, isto é, oriundos da negação da estratégia e tática revolucionárias, ganham corpo com o altamirismo, responsável pela liquidação da construção do Partido de características bolcheviques que tinha Política Obrera;

e) A partir dessa colocação inicial, a reunião preparatória propõe que as organizações discutam e amadureçam a questão para chegar a uma conclusão mais acabada na reunião do Comitê de Enlace.

## Resolução sobre a situação política

a) Que a monumental crise do sistema imperialista se descarrega com todo o seu peso em todos os países latino americanos, agravando ao extremo as condições de vida das massas, dando o grau de atraso das forças produtivas e o submetimento político semicolonial dos mesmos;

b) Que se verifica um deslocamento servil das burguesias nacionais, seu Estado, seus governos e seus partidos às receitas econômicas e políticas do grande capital financeiro imperialista, mediante a política de "capitalização" das fraudulentas dívidas externas e internas, privatizando as empresas em mãos do Estado, entregando as riquezas naturais aos grandes capitais, arrocho salarial, desemprego, ataques sistemáticos às condições de vida dos explorados e que eles desenvolvem uma política de crescente repressão que tende a ilegalizar as lutas do movimento operário e das massas oprimidas. Isto põe em relevo uma vez mais a covardia e a impotência política das burguesias nacionais de levar adiante as tarefas democráticas burguesas pendentes de uma nação oprimida em relação ao imperialismo;

c) Que as massas exploradas, e em particular o proletariado, para enfrentarem esta política de saque, tendem

a mobilizar suas forças e utilizar seus próprios métodos de luta; a ação direta, os piquetes, a greve geral, posto em evidência sua tendência a independizarem-se politicamente da burguesia e seus satélites e projetarem-se objetivamente para a luta pelo seu próprio poder. Globalmente, a situação é pre-revolucionária e, dado que a perspectiva é de agudização da crise econômica e de opressão imperialista contra as massas, evolui para uma situação revolucionária, a qual depende de um grande desprendimento das massas e da intervenção independente do proletariado (em relação à burguesia) como classe dirigente da nação em luta. Esses fenômenos, que são comuns e se expressam com suas particularidades e com diferentes ritmos em cada um dos países, nos permitem afirmar que a estratégia política revolucionária trotsquista, que tem como objetivo a ditadura do proletariado, está baseada em condições objetivas favoráveis e excepcionais, o que põe em evidência com absoluta clareza que a crise atual da humanidade se reduz à crise de direção política do proletariado;

d) Que, junto à bancarrota econômica e política da burguesia, também se verifica a bancarrota política da chamada esquerda reformista e revisionista

ta em todas as suas variantes. Desde o estalinismo e suas diferentes expressões (castristas, gobarchovianos, maóistas), os grupos pequenos burgueses nacionalistas de esquerda, até os auto-denominados "trotsquistas" das diferentes vertentes revisionistas (como lambertistas, morenistas, mandelistas, altamiristas) têm-se deslocado miseravelmente à adaptação e ao submetimento ao regime burguês e sua versão democrática, o que os leva a opor-se sistematicamente à ação direta e à mobilização revolucionária das massas, substituindo-as pela ação eleitoralista, confissão eloquente de que são inimigos abertos da ditadura do proletariado;

e) Que frente a esta situação, que obviamente merece uma profunda e detida análise, apresenta dramaticamente para as massas a necessidade de resolver sua crise de direção. A tarefa central em nossos países é por em pé partidos revolucionários, isto é, com a estratégia da ditadura do proletariado, colocando especial ênfase agora no trabalho de construção do programa, como parte do processo, e por em pé o partido mundial da revolução a IV Internacional".

Buenos Aires, 8/10/89